

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JANAINA COUTINHO PEREIRA**

**O MERCADO DE TRABALHO E A REALIDADE ECONÔMICA  
BRASILEIRA: Um estudo de caso da atividade econômica da comunidade  
do loteamento Jardim Zanellato em São José**

**FLORIANÓPOLIS, 2005.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O MERCADO DE TRABALHO E A REALIDADE ECONÔMICA**  
**BRASILEIRA: Um estudo de caso da atividade econômica da comunidade**  
**do loteamento Jardim Zanellato em São José**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Janaina Coutinho Pereira

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Carmen Rosário O. G. Gelinski

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho

Palavras – chave:

- 1 Mercado de Trabalho
- 2 Desemprego
- 3 Exclusão Social

FLORIANÓPOLIS, 2005.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_\_ à aluna Janaina Coutinho Pereira na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Carmen Rosário O. G. Gelinski

---

Prof<sup>o</sup> Marcos Alves Valente

---

Prof<sup>o</sup> Pedro Antônio Vieira

Dedico esta monografia com todo amor e gratidão à minha querida mãezinha, como sendo o resultado de seus ensinamentos e da sua doação, que mesmo você passando por momentos difíceis, transmite a serenidade e a força que eu tanto necessito.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a força que ilumina e guia o meu caminho, por conquistar essa vitória.

Agradeço especialmente aos meus pais, Luiz Henrique e Raquel, por estarem sempre presentes em todos os momentos de minha vida. Muito obrigada pela educação que me proporcionaram, pela dedicação, pela confiança e o amor incondicional.

Aos meus queridos irmãos, Michele e Eduardo, que tanto torceram por mim.

Em memória ao Pai Miro, meu avô, que mesmo não estando mais presente, acreditou que um dia eu chegaria aqui.

Aos Irmãos Maristas, pelas orações e palavras sinceras, que me deram força e coragem para seguir em frente.

Ao meu diretor Vilmor, pela imensa ajuda, compreensão e confiança, o meu sincero agradecimento.

À minha colega de trabalho Micheli pelo apoio, incentivo e colaboração.

À Luciana, que se revelou uma grande amiga e muito contribuiu para a realização deste trabalho.

À minha orientadora Carmen Rosário O. G. Gelinski, que além de professora foi amiga e conselheira. Obrigada pela compreensão e paciência durante todo este período.

À minha amiga Gisele, pelos bons conselhos.

Ao tio Paulinho, pela atenção e auxílio.

E a todos que eu não citei, mas que de alguma forma compartilharam deste momento tão importante em minha vida, muito obrigada!

"A noção de exclusão social é saturada de significados, não-significados e contra-significados. Pode-se fazer qualquer coisa com o termo, já que ele significa o ressentimento daqueles que não podem obter aquilo que reivindicam".  
(Commissariat General du Plan/ Governo Francês)

## RESUMO

Atualmente o desemprego é considerado um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros. O mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais seletivo, com um grande número de trabalhadores inseridos no mercado informal. Os impactos da globalização no processo histórico brasileiro, principalmente a partir dos anos 90, retratam o grande paradoxo do aumento significativo da produtividade de qualidade e de capacidade produtiva, contra uma forte redução no número de empregos, onde o alto nível de competição, a rotatividade da mão-de-obra e o aumento da insegurança da renda, são aspectos do mercado de trabalho do século XXI. Considerando as exigências no processo produtivo e no perfil do trabalhador, que enfrenta competição por qualificação, especialização e inovação, foi realizada uma pesquisa de estudo de caso com noventa e sete famílias de uma pequena comunidade localizada em São José, no loteamento Jardim Zanellato, analisando sua situação econômica e o mercado de trabalho que ocupam. Foi constatada uma população de baixa renda que ocupa em sua grande maioria o mercado de trabalho informal, com pouca estabilidade econômica, devido à baixa qualificação e nível de escolaridade, onde muitas famílias são migrantes de outras regiões do Estado de Santa Catarina à procura de novas oportunidades no mercado de trabalho, sendo esta dificuldade de inserção apresentada pela comunidade entrevistada. Esta é uma amostra da grande parcela da população brasileira vítima do desemprego, da desigualdade e da exclusão sócio-econômica.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho. Desemprego. Globalização. Exclusão Social.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Problema .....	12
1.2 Objetivos .....	13
1.2.1 <i>Objetivo geral</i> .....	13
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	14
1.3 Metodologia .....	14
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>16</b>
<b>2 ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
2.1 O mercado de trabalho.....	16
2.1.1 <i>Classificação da força de trabalho</i> .....	18
2.1.2 <i>Evolução do mercado de trabalho no Brasil</i> .....	21
2.2 Desemprego .....	26
2.3 Globalização.....	30
2.3.1 <i>Educação</i> .....	35
2.3.2 <i>Migrações Internas</i> .....	38
2.3.3 <i>Desigualdade de renda e exclusão social</i> .....	41
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>45</b>
<b>3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>45</b>
3.1 Características do município e da comunidade.....	45
3.1.1 <i>O município de São José</i> .....	45
3.1.2 <i>Loteamento Jardim Zanellato</i> .....	46
3.1.3 <i>Caracterização da comunidade do Morar Bem</i> .....	49
3.1.4 <i>Situação econômica</i> .....	52
3.1.5 <i>Nível de escolaridade</i> .....	55
3.1.6 <i>Número de filhos por família</i> .....	56
3.1.7 <i>Renda per capita</i> .....	57
3.1.8 <i>Procedência das famílias</i> .....	59
3.2 Análise sócio-econômica .....	60
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>63</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>63</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>73</b>

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Infra-estrutura do povoamento.....	47
Figura 2 – Infra-estrutura do povoamento.....	48
Figura 3 – Infra-estrutura do povoamento.....	49
Figura 4 – Construções do Conjunto Habitacional Morar Bem .....	50
Figura 5 – Construções do Conjunto Habitacional Morar Bem .....	51
Figura 6 – Conjunto Habitacional Morar Bem.....	52
Figura 7 – Antiga infra-estrutura .....	74
Figura 8 – Antiga infra-estrutura .....	74
Figura 9 – Antiga infra-estrutura .....	75
Figura 10 – Antiga infra-estrutura .....	75
Figura 11 – Nova infra-estrutura .....	76
Figura 12 – Nova infra-estrutura .....	76
Figura 13 – Nova infra-estrutura .....	77

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Empregado por gênero.....	53
Gráfico 2 – Inserção da comunidade no mercado de trabalho .....	54
Gráfico 3 – Percentual de moradores que dispõem de benefícios .....	54
Gráfico 4 – Nível de escolaridade.....	55
Gráfico 5 – Número de filhos por família .....	56
Gráfico 6 – Média da renda familiar .....	57
Gráfico 7 – Média da renda <i>per capita</i> por família .....	58
Gráfico 8 – Cidade de origem.....	59
Gráfico 9 – Nível de qualificação do loteamento .....	61

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Crescimento da população urbana .....	39
Tabela 2 – Cidade de origem .....	60

# CAPÍTULO I

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Problema

Neste início de século, testemunha-se a redução da garantia de empregos e o aumento da insegurança de renda dos trabalhadores brasileiros.

O alto nível de competição no mercado de trabalho, a rotatividade da mão-de-obra, a precariedade nas relações de trabalho e a crescente informalidade retratam os aspectos de uma sociedade capitalista contemporânea.

Essa situação é fruto do processo histórico de configuração das forças produtivas na economia brasileira e de sua inserção na economia internacional.

Com o processo de abertura comercial, principalmente a partir da década de 90, o Brasil vem apresentando um aumento da flexibilidade do mercado de trabalho, que contribui para a crescente vulnerabilidade de emprego e renda dos trabalhadores.

Dentro deste contexto, serão relatadas, ao longo do trabalho, as diversas faces do desemprego, bem como os aspectos gerais da globalização, educação e migração, discutindo a possível contribuição desses fatores para o seu agravamento.

Sob um ambiente tão competitivo, os trabalhadores de diferentes classes sociais procuram atender as exigências do mercado de trabalho, do qual grande parte da população brasileira encontra-se excluída. Com a dificuldade de inserção, diversos são os trabalhadores atingidos mas, principalmente, a parcela da população de baixa renda, onde se apresenta retratada nas grandes disparidades de desigualdade e exclusão social.

Devido à necessidade de conhecer a realidade econômica da crescente população

carente, que enfrenta problemas sociais, como a falta de emprego, marginalidade, educação, saúde e baixa qualificação, na qual esta parcela da população encontra-se distribuída nos municípios, nos estados e nas regiões de todo território nacional, advém o estudo realizado, que avalia os aspectos sócio-econômicos de uma pequena comunidade, que apresenta essas características, localizada no município de São José, especificamente no Conjunto Habitacional Morar Bem, do loteamento Jardim Zanellato.

O loteamento Jardim Zanellato é conhecido como um local onde habitam várias famílias de baixa renda, no qual possui alguns focos de marginalidade e criminalidade.

Diante à conveniência da localidade das famílias, próximo ao ambiente de trabalho da pesquisadora e a sua convivência com os moradores, que se deu a escolha do estudo especificamente com esta comunidade.

Sendo assim, a problemática desta pesquisa pode ser sintetizada da seguinte forma:

Qual a situação econômica das famílias do Conjunto Habitacional Morar Bem e como estão inseridas no mercado de trabalho?

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo geral*

O estudo propõe examinar a situação sócio-econômica das famílias da comunidade do Conjunto Habitacional Morar Bem, no loteamento Jardim Zanellato, analisando o mercado de trabalho que ocupam e as razões que determinam a inclusão ou exclusão do mesmo.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Pesquisar, com base na bibliografia pertinente, informações sobre os aspectos históricos e sócio-econômicos da degradação do emprego, especificamente fatores relacionados ao desenvolvimento econômico e às mudanças tecnológicas nas relações de trabalho;
- Levantar dados referentes à comunidade, especificamente informações sobre nível de renda, profissão e quantidade de indivíduos que compõem as famílias;
- Constatar a realidade econômica das famílias do Conjunto Habitacional Morar Bem, do loteamento Jardim Zanellato, relacionando com o cenário econômico atual.

### 1.3 Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma pesquisa com a comunidade do Conjunto Habitacional Morar Bem, no loteamento Jardim Zanellato. Foram entrevistadas noventa e sete famílias, que serviram como uma amostra para a análise, utilizando como procedimento o método de estudo de caso.

Outro método também utilizado foi o indutivo, que de acordo com Andrade (2003, *apud* SILVY, 2004) “a cadeia de raciocínio estabelece conexão ascendente, do particular para o geral. Neste caso, as constatações particulares é que levam às teorias e leis gerais”.

A pesquisa utilizada foi do tipo exploratória e descritiva, na qual, foram levantados dados para a caracterização da comunidade, com o objetivo de analisar a situação econômica das famílias e de como apresentam-se no mercado de trabalho.

Para a fundamentação teórica, foram utilizados dados coletados em livros, artigos, sites e revistas especializadas, classificando assim a pesquisa como bibliográfica.

A abordagem do estudo foi qualitativa e quantitativa no que se refere aos tipos de dados coletados, onde foi possível elaborar um questionário, e através dos resultados obtidos concluir a análise.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve introdução para o problema proposto, os objetivos, bem como a metodologia abordada.

O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura, como fundamentação teórica, onde são abordados assuntos relacionados ao desemprego, globalização, educação, migrações internas, desigualdade de renda e exclusão social, sendo por meio desses tópicos discutidos a realização da análise sobre o mercado de trabalho e a realidade econômica brasileira.

O terceiro capítulo aborda a descrição e a análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado aos moradores da comunidade do Conjunto Habitacional Morar Bem, do loteamento Jardim Zanellato, no qual é objeto de estudo na presente pesquisa.

No quarto capítulo é apresentada a conclusão do presente trabalho relacionado à temática em estudo.

Assim, com base no desenvolvimento da pesquisa sobre “O mercado de trabalho e a realidade econômica brasileira: Um estudo de caso da atividade econômica da comunidade do Morar Bem, no loteamento Jardim Zanelatto em São José”, acredita-se ter alcançado os objetivos desta monografia.

## **CAPÍTULO II**

### **2 ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**

Para melhor entender a dinâmica do mercado de trabalho, este capítulo abordará inicialmente alguns conceitos e definições que determinam o seu funcionamento e apresenta um breve histórico sobre seu desenvolvimento no Brasil, discutindo a contribuição de alguns fatores como globalização, educação e migração, para a questão do desemprego, da desigualdade de renda bem como da exclusão social.

#### **2.1 O mercado de trabalho**

As diferentes definições do que seria mercado de trabalho, as diversas teorias explicativas do seu funcionamento, as inúmeras formas que assume a sua organização, são indicadores de que não se pode atuar de maneira estática sobre ele. Em outras palavras, assumir como verdadeira uma determinada definição ou adotar uma única corrente teórica para explicar as diferenças de funcionamento do mercado, implica em negar todas as outras possibilidades (SENAI<sup>1</sup>, 1991, p. 11).

Portanto, de uma forma bastante ampla, o mercado de trabalho apresenta-se como:

A compra e venda de mão-de-obra, representando o lócus onde trabalhadores e empresários se confrontam e, dentro de um processo de negociações coletivas que ocorre algumas vezes com a interferência do Estado, determinam conjuntamente os níveis de salários, o nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho (CHAHAD, 1998, p. 403).

---

<sup>1</sup> SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Segundo Chahad (1998), o mercado de trabalho assim definido, denomina-se mercado formal de trabalho, o qual se caracteriza pelas relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, e regulamentado através de legislação específica. Em contraposição, existe o chamado mercado informal de trabalho, o qual se caracteriza perante as instituições do país como ilegal, na medida em que atua às margens das legislações tributária e trabalhista.

O mercado de trabalho formal pressupõe a existência de empregadores que utilizam, em larga escala, mão-de-obra assalariada; o mercado de trabalho informal contempla um grande elenco de situações de trabalho, desde o chamado subemprego (vendedores ambulantes, biscateiros, empregadas domésticas sem carteira assinada, etc.) até os proprietários de empresa familiar sem remuneração fixa e os trabalhadores por conta própria ou autônomos sem registro (SENAI, 1991, p. 13-14).

De acordo com Chahad (1998), ainda que a dimensão do mercado informal apresenta-se de forma bastante expressiva, notadamente num país em desenvolvimento como o Brasil, porém, a sua dinâmica e funcionamento estão intrinsecamente ligados ao que ocorre no núcleo central da economia, onde predomina o mercado formal de trabalho.

A compreensão de aspectos pertinentes ao mercado de trabalho é importante no Brasil, na medida em que se relacionam com outros aspectos relevantes, como crescimento populacional, necessidade de absorção de mão-de-obra, migrações e pobreza (CHAHAD, 1998, p. 404).

O desenvolvimento do mercado de trabalho, analisado através das principais variáveis que o determinam, tais como salários, emprego, desemprego, rotatividade e produtividade, são condicionados basicamente pelo nível da atividade econômica, no qual classifica a força de trabalho da população.

### *2.1.1 Classificação da força de trabalho*

Para melhor entender como está classificada a mão-de-obra da população brasileira no mercado de trabalho, serão resgatados alguns conceitos básicos sobre a força de trabalho<sup>2</sup>.

Estes dados são baseados nos diagnósticos realizados por vários órgãos oficiais sobre a estrutura e flutuação do emprego, sendo os mais importantes: Ministério do Trabalho, que fornece o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e a Relação Anual de Informações Sociais; FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pela realização e divulgação dos Censos Demográficos e Econômicos (decenais), da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD (anual) e da Pesquisa Mensal de Emprego – PME (mensal).

- População em idade ativa – PIA:

Conjunto de pessoas consideradas em idade de trabalhar. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, fixam essas idades-limites em 15 anos para o início e 64 para o término da idade ativa. Não significando que as pessoas necessariamente venham a ingressar, ou a sair, do mercado de trabalho com as idades determinadas, principalmente em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

A PIA é composta pela população economicamente ativa e população não economicamente ativa.

- População economicamente ativa – PEA:

É formada pelo conjunto de pessoas que se encontram trabalhando ou procurando trabalho. Para a FIBGE, a PEA é constituída por todas as pessoas de 10 anos ou mais que trabalham ou procuram trabalho num dado período de referência.

---

<sup>2</sup> A apresentação e os comentários dos conceitos baseiam-se fortemente nos textos do SENAI (1991) e CHAHAD (1998).

Integram a PEA as pessoas que trabalham independentemente de terem ou não remuneração. Neste último caso, a condição necessária para o ingresso na PEA é trabalhar 15 horas ou mais por semana em qualquer atividade (religiosa, beneficente, aprendiz, estagiário, etc.).

- População não economicamente ativa – PNEA:

O trabalhador passa a fazer parte da população não economicamente ativa – PNEA, quando além de deixar de trabalhar (voluntariamente ou não), deixa também de procurar trabalho.

A PNEA é composta pelos indivíduos que não estão trabalhando nem procurando trabalho, podem ser aposentados, pensionistas, estudantes, donas de casa, detentos.

- Pessoas ocupadas – PO:

Constitui o grupo mais importante da PEA, é formado por pessoas que estão efetivamente trabalhando. Dependendo da ocupação que o indivíduo exerce, pode ser classificado como:

a) Empregado – é para a FIBGE, todo indivíduo que exerce um trabalho fixo ou presta serviços a um empregador, recebendo uma remuneração fixa por unidade de trabalho realizado. Os empregados podem manter uma relação formal ou informal com os seus empregos e empregadores. No primeiro caso, têm carteira assinada, contribuem para a Previdência Social e usufruem de benefícios sociais. No segundo caso, não existem laços de trabalho legais, ou seja, são empregados com situações irregulares e desprovidos de benefícios.

b) Empregador - é todo indivíduo que executando ou não algum trabalho, emprega simultaneamente a força de trabalho de um indivíduo, ou mais de um, pagando-lhe remuneração fixa por unidade de trabalho, na exploração de uma atividade econômica.

c) Autônomo ou por conta própria – é aquele que não tendo um empregador fixo, oferece seus serviços sem ter que prestar contas pelas condições em que esses são realizados. Ele pode estar prestando serviços legalmente, quando recolhe à prefeitura o imposto sobre serviços (ISS) e paga a Previdência Social. Mas pode também executar trabalho sem cumprir as exigências legais, caracterizando-se dessa forma, como irregular. Este grupo inclui desde os profissionais liberais até os empregados domésticos diaristas e tarefeiros, bem como toda uma gama de prestadores de serviços e biscateiros.

d) Trabalhador não remunerado – é aquele que trabalha mais de 15 horas semanal sem remuneração, em qualquer atividade econômica, ou se encontra na situação de aprendiz, estagiário, etc.

- Pessoas desocupadas – PD:

Esses indivíduos somados às PO compõem a totalidade dos economicamente ativos.

a) Desocupação – situação de todo indivíduo que está sem trabalhar, independentemente da situação que ocupava anteriormente no mercado de trabalho (nunca trabalharam e desejam trabalhar, eram empregados, empregadores, autônomos, etc.), sendo esta situação de forma voluntária ou não.

b) Desemprego – situação daqueles que estão procurando trabalho regular como empregados, num determinado período de referência.

c) Subemprego – também denominado emprego precário, representa a situação de uma parcela da população subutilizada em decorrência do padrão de crescimento adotado, o qual exclui inúmeros segmentos da população do desempenho de atividades econômicas produtivas.

Assim caracterizado o mercado de trabalho e o comportamento da força de trabalho, é possível analisar o seu desenvolvimento no processo histórico da economia brasileira.

### 2.1.2 Evolução do mercado de trabalho no Brasil

O século XXI é testemunha da redução da garantia de emprego e o aumento da insegurança de renda dos trabalhadores brasileiros. A alta rotatividade da mão-de-obra, a baixa produtividade do trabalho, a baixa escolaridade e a crescente informalidade somam-se à crescente demanda por maior flexibilidade nas relações de emprego e têm aumentado demasiadamente a vulnerabilidade de emprego e renda para grande parte da população brasileira.

Essa situação é fruto do processo histórico de configuração das forças produtivas na economia brasileira e da sua inserção na economia internacional.

Durante 50 anos, entre 1930 e 1980, e de forma mais acelerada a partir do pós-guerra, a economia brasileira expandiu-se a altas taxas, com um crescimento do PIB<sup>3</sup> em torno de 7% ao ano, representando um elevado dinamismo econômico ao longo desse período, apesar do seu processo de industrialização retardatário (CAMARGO, 1999, p. 29).

No período entre 1930 e 1980, verificou-se uma expansão considerável da oferta de empregos, principalmente do emprego assalariado com carteira, ou seja, um forte crescimento do emprego formal, resultante do avanço econômico. Apresentou também a difusão ainda que desigual, dos padrões de consumo modernos, porém, acompanhada de uma acentuada concentração de renda, uma ampliação das desigualdades sociais já existentes, bem como dos níveis de pobreza.

[...] para a grande maioria dos trabalhadores, esse processo de crescimento econômico e do emprego não traduziu-se em aumentos significativos do poder de compra dos salários, mesmo para aqueles em postos de trabalho com maior produtividade. Assim, ao mesmo tempo que a industrialização, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 50, levou a uma profunda alteração da estrutura sócio-ocupacional, esta foi acompanhada por um novo espectro de desigualdades de renda e de consumo, além da exclusão de grande parte da população dos benefícios do crescimento da renda e dos novos bens de consumo (HENRIQUE, 1998, *apud* CAMARGO, 1999, p. 30).

---

<sup>3</sup> PIB – Produto Interno Bruto

A partir de 1964 este quadro de desigualdades torna-se ainda mais agudo, quando as alterações políticas e institucionais implementadas representam um novo estilo de desenvolvimento econômico, dinâmico, com forte presença do Estado, e de um sistema autoritário de relações de trabalho, com uma forte repressão política e sindical durante os governos militares entre 1964 e início dos anos 80.

Até a década de 70 o rápido desenvolvimento da economia brasileira, ao invés de eliminar, reproduziu uma elevada incidência de pobreza, bastante complexa e de dimensão alarmante. A pobreza rural persistia, porém tinha adquirido novas formas devido ao processo de modernização das atividades agrícolas. Já a pobreza urbana tornava-se agora um problema nacional, destacando-se a formação de extensos bolsões de miséria nas metrópoles.

Para Baltar (1997, *apud* Camargo, 1999), um dos principais determinantes da reprodução da pobreza foi o padrão de geração de emprego e renda existente no país, associado ao estilo de desenvolvimento, no qual promoveu um grande volume e velocidade do êxodo rural, e novas formas de integração precária no mercado de trabalho, ou seja, o trabalho informal.

Já na década de 80, a economia brasileira caracterizou-se pela estagnação econômica e pela elevada inflação, refletindo o esgotamento do dinamismo do seu processo de industrialização, bem como o padrão de acumulação que vigorava desde meados dos anos 50. Esse padrão é rompido pela crise da dívida externa, o qual gerou uma profunda recessão econômica (MATTOSO & POCHMANN, 1998, *apud* CAMARGO, 1999, p. 32).

A recessão eliminou uma grande quantidade de postos de trabalho, principalmente no período entre 1981 a 1983, quando houve uma brusca redução no nível de produção e emprego. Já entre 1984 e 1986, houve uma rápida recuperação do nível de atividade econômica, estimulada pelas exportações, porém, o crescimento econômico não prosseguiu depois de 1986, em razão da ausência de investimento que garantisse a continuidade do

processo de recuperação. Os anos de 1987-1989 caracterizaram-se por crescente instabilidade inflacionária e por flutuações do nível de produção e emprego, sem que se manifestasse claramente uma tendência recessiva.

Segundo Baltar e Henrique (1995, *apud* Camargo, 1999), a estagnação econômica da década de 80, acarretou mudanças importantes no emprego e alterações nas formas de inserção da PEA no mercado de trabalho. Além da continuidade da tendência de declínio do setor primário no total da ocupação, o setor secundário apresenta nos anos 80 um declínio, em função do pouco dinamismo do setor industrial e do baixo nível de investimentos nesse período. Já o setor de serviços aumenta sua participação na ocupação total, destacando o crescimento relativo nos ramos do comércio de mercadorias, atividades sociais e administração pública.

Acompanhando as alterações verificadas setorialmente na ocupação, observou-se também uma tendência de perda de qualidade dos postos de trabalho gerados, com uma diminuição do trabalho formal, e um aumento do trabalho sem registro e por conta própria, ou seja, um aumento na participação do setor informal. Outro fenômeno também começa a se manifestar: o desemprego aberto, que foi expressivo nos anos de recessão 1981-83 e na estagnação do final da década entre 1987-89 (MATTOSO & BALTAR, 1997, *apud* CAMARGO, 1999, p. 34).

Para Mattoso & Pochmann (1998, *apud* Camargo, 1999) apesar desse quadro de crescentes dificuldades, cujos sintomas mais evidentes foram a estagnação econômica e a inflação, a estrutura industrial manteve-se praticamente intocada nos anos 80, não ocorrendo uma tendência de desindustrialização. A década de 80 foi um longo intervalo entre a crise do padrão de desenvolvimento construído no pós-guerra e a desestruturação neoliberal dos anos 90.

Os anos 90 foram marcados no plano internacional por profundas transformações econômicas, denominadas genericamente de globalização da economia, tendo como principais características profundas mudanças tecnológicas, organizacionais, desregulamentação financeira e dos mercados.

Sob a hegemonia do pensamento neoliberal, passa-se a privilegiar as relações de mercado, minimizando o papel a ser desempenhado pelo Estado como promotor do desenvolvimento econômico. As políticas postas em prática no país na década de 90 objetivavam a economia brasileira à inserção num mundo globalizado, tendo como eixos básicos a estabilização, a abertura econômica, comercial e financeira, e a privatização de empresas e serviços públicos.

De acordo com Baltar (1997, *apud* Camargo, 1999), as mudanças ocorridas no cenário financeiro internacional no início da década de 90, propiciaram ao Brasil uma mudança radical na política comercial do país. Em nome da modernização do aparelho reprodutivo, o governo reduziu expressivamente as tarifas alfandegárias e os controles administrativos das importações para elevar a competitividade internacional e como parte de uma estratégia para controlar a inflação, ao mesmo tempo em que permitiu a valorização da moeda nacional.

A nova política comercial teve efeitos significativos sobre a estrutura da produção, que devido o aumento das importações em um ambiente extremamente desfavorável para as empresas nacionais, do ponto de vista da competição, levou a uma profunda reestruturação produtiva, com o fechamento de muitas indústrias.

A reestruturação produtiva, via introdução de inovações tecnológicas, com investimentos em equipamentos de última geração, buscando elevar os níveis de produtividade e competitividade, restringiu-se apenas às empresas líderes. No entanto, para a maior parte do setor produtivo nacional, desprovidas de condições favoráveis de

financiamento e de acesso às inovações tecnológicas, as mudanças ocorreram na reorganização dos processos de trabalho, com redução de postos de trabalho, aumento da rotatividade, e principalmente a terceirização.

Ao longo dos anos 90, com um crescimento econômico quase nulo associado a um processo de reestruturação produtiva das empresas, a geração de novos postos de trabalho tem sido insuficiente para absorver a grande massa da PEA, elevando os índices de desemprego, bem como um declínio do emprego formal, um aumento das ocupações informais e um quadro de crescente precarização do mercado de trabalho (POCHMANN, 1998, *apud* CAMARGO, 1999, p. 40).

Segundo Camargo (1999), a permanência das políticas macroeconômicas liberais, caracterizadas pela continuidade da abertura econômica indiscriminada, elevadas taxas de juros e câmbio valorizado até o início de 1999, tem ocasionado, além de um desequilíbrio crescente das contas externas, uma restrição do crescimento interno e um processo de desestruturação produtiva com fortes efeitos sobre o mercado de trabalho.

O padrão de desenvolvimento pós-30, fundado no processo de industrialização e em condições políticas muito particulares, gerou uma sociedade heterogênea, onde a pobreza e a exclusão social eram frutos do não enfrentamento do problema agrário e da reprodução de uma força de trabalho mal remunerada. A crise daquele modelo de desenvolvimento e, mais recentemente, das políticas liberais adotadas tem feito emergir uma nova forma de pobreza, que tem como foco a expulsão de massas de trabalhadores dos segmentos industriais e não-industriais urbanos mais estruturados. A recuperação econômica de 1993-1995 e seus poucos efeitos positivos sobre a estrutura e o nível de emprego sinalizam essa nova dinâmica entre nível de atividade econômica e mercado de trabalho (BALTAR, 1997, *apud* CAMARGO, 1999 p. 106).

Através das mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, podem-se observar como conseqüências, a permanência do desemprego, a crescente degradação do mercado de trabalho, sendo ele mais competitivo, com maior precariedade nas relações de trabalho e a consolidação de novas formas de exclusão, tornando ainda mais graves e profundas as desigualdades sociais no Brasil.

## 2.2 Desemprego

Como todo fenômeno social, o desemprego tem causas múltiplas, interligadas e interdependentes entre si. Para analisar as causas do desemprego, há que se pesquisar o fenômeno sob diversos ângulos, para Moura (1998), o desemprego pode ter causas de ordem pessoal ou social; estrutural ou conjuntural; atual ou com efeitos cumulativos do passado; organizacional, individual ou econômica; local ou universal; temporária ou permanente; e assim por diante. Tais causas são simultaneamente os resultados do contexto geral do país, num dado momento e sob determinadas condições.

O desemprego é um fenômeno global que tem reflexos sobre todas as economias e todos os cidadãos, trabalhadores ou não, na medida em que se apresenta como produto de uma reordenação estrutural do modo de produzir capitalista no mundo moderno, mas que de certa forma transcende a esfera econômica de nossas vidas (ZEBRAL FILHO, 1997, p. 93).

Para Moura (1998), existem basicamente quatro formas gerais de desemprego, o tipo mais comum é o desemprego conjuntural, o qual ocorre quando um ou mais fatores concorrem para alguém perder o emprego. O que há é a perda do vínculo empregatício, mas não a extinção do posto de trabalho. Trata-se de uma situação teoricamente temporária, que cessará no momento em que o trabalhador conseguir nova contratação. Na maioria das vezes, este desemprego conjuntural ocorre em função de um ou mais dos seguintes fatores: o empregado não tem ou perdeu as competências requeridas; não há postos de trabalho disponíveis depois de alguma reestruturação; deixou de ser lucrativo empregar mais gente, uma vez que os efeitos foram reduzidos ou ainda alguns trabalhadores simplesmente não querem trabalhar mais e preferem viver de outros recursos.

Já o desemprego cíclico corresponde a fases ou ciclos característicos. Por exemplo, na agricultura, as épocas de plantio e colheita são empregadoras, enquanto que as demais

podem ser desempregadoras. No comércio varejista, períodos especiais, como o Natal, a Páscoa, são tradicionalmente empregadores, mas logo depois se tornam desempregadores. Na indústria, isto costuma ocorrer quando há produtos sazonais, com demanda bem marcada, ou quando, por outras razões, o mercado deixa de efetivar encomendas por determinado prazo, o que gera desemprego (MOURA, 1998, p. 95).

Moura (1998), considera o desemprego estrutural, como sendo o mais grave. Neste caso, como indica o nome, é a própria estrutura da economia que passa a ser desempregadora e, pior ainda, sem perspectiva de voltar a ser empregadora. Trata-se não propriamente da perda, mas da extinção dos postos de trabalho. Mudanças tecnológicas de grande alcance, ou alterações profundas no mercado, costumam produzir o desemprego estrutural. São as funções que simplesmente deixam de existir.

E por fim, o desemprego induzido, que pode ser gerado pela política governamental que tem interesse estratégico em desativar certos setores, ou em desaquecer a economia, mas pode ser fruto também, da ação coordenada de certas forças de mercado. Uma política de elevação geral de preços redundava quase sempre na queda dos salários, e muitas vezes, no desemprego de muitas pessoas. Os juros em ascensão são outro exemplo, pois causam a suspensão de investimentos, caem as encomendas e por conseqüência, os empregos (MOURA, 1998, p. 105).

O agravamento dos problemas de emprego no Brasil vem ocupando lugar de destaque no debate econômico nacional nos últimos tempos. Desde o início da década de 90 tem havido uma abertura da economia brasileira ao exterior que tem debilitado o seu potencial de crescimento, que contribuiu para o aumento das dificuldades enfrentadas pela população urbana para encontrar um emprego.

O problema do emprego no Brasil a partir da década de 90, de acordo com Camargo (1998), apresenta três componentes importantes: primeiro, a principal característica do

mercado de trabalho brasileiro é seu grande dinamismo no que se refere à geração de postos de trabalho, mas, ao mesmo tempo, à baixa qualidade desses postos de trabalho.

O segundo componente, se refere ao processo de ajuste estrutural intenso, no qual atravessa o país, decorrente da abertura comercial que começou a ser implementada no início dos anos 90 e que se aprofundou com a adoção do programa de estabilização em 1994. Como resultado, setores produtores de bens comerciáveis que antes eram protegidos da competição externa, principalmente o setor industrial, foram forçados a competir com bens importados, muitas vezes de melhor qualidade e mais baratos. Para sobreviverem a este novo cenário econômico, tais setores se viram obrigados a aumentar sua produtividade. A principal consequência é uma mudança importante na estrutura do emprego, com a queda do nível de emprego industrial (CAMARGO, 1998, p. 248).

E o terceiro componente, do problema do emprego no Brasil, segundo Camargo (1998), é de caráter conjuntural, ligado à perda de competitividade decorrente da mudança de preços relativos em favor dos bens não-comerciáveis, dos aumentos de salários reais acima dos ganhos de produtividade do trabalho e da valorização da taxa de câmbio real decorrente do programa de estabilização de preços.

Camargo (1998), considera também, que a taxa de desemprego aberto é um dos indicadores mais importantes de bem-estar social em uma economia. Ela mostra a proporção da PEA que está procurando emprego em um determinado período de tempo e que não consegue se empregar.

Chahad e Picchetti (2003), destacam seis importantes transições socioeconômicas que têm profundas implicações para o desempenho do mercado de trabalho e para as mudanças nas relações de emprego. A primeira transição diz respeito à passagem de uma economia fechada para uma economia aberta, que sob a ótica do mercado de trabalho, tem

representado grandes desafios na medida em que o avanço tecnológico vindo do exterior é fortemente poupador de mão-de-obra.

A segunda transição, considerada por Chahad e Picchetti (2003), a mais importante, refere-se ao fato de que se passou de uma economia com altas taxas de inflação, fortemente indexada, para uma outra com certa estabilidade inflacionária e sem indexação. Ou seja, o controle dos altos níveis de preços que adveio do Plano Real trouxe consigo o fim do “imposto inflacionário”, com implicações positivas para a diminuição dos índices de pobreza. Mas, por outro lado, tornou o mercado de trabalho mais importante no cenário nacional, revelando a existência do desemprego aberto, a ocorrência de grandes bolsões de trabalho informal e baixos níveis de salário real e produtividade do trabalho.

A terceira transição diz respeito a uma lenta modificação do papel do Estado na economia, e na sociedade, que antes era marcado por fortes estímulos à promoção direta da produção pública, amplos subsídios à produção privada, e agora voltado para a fiscalização e regulação da economia (CHAHAD E PICCHETTI, 2003, p. 30).

Já a quarta transição segundo Chahad e Picchetti (2003), encontra-se ainda em estado embrionário, mas se refere diretamente ao mercado de trabalho: a busca contínua da redução da tutela do Estado sobre as relações de emprego, em troca do predomínio e da prevalência das negociações coletivas envolvendo empresas e trabalhadores.

Na quinta transição, Chahad e Picchetti (2003), ressaltam o processo de inovação tecnológica implementado no Brasil desde o final da década de 80, como instrumento de resposta às crescentes pressões por competitividade e produtividade, caracterizadas pela globalização dos mercados de bens e serviços.

Finalmente, a sexta transição que é a questão demográfica. Para Chahad e Picchetti (2003), embora o crescimento populacional venha declinando há várias décadas, a pressão demográfica herdada do passado ainda foi muito forte na década de noventa, e continuará

sendo até o final da primeira década do terceiro milênio, o que representa um crescimento da PEA, trazendo dificuldades para a absorção de mão-de-obra pelo setor formal, com impacto sobre o mercado de trabalho.

O conjunto destas grandes transições na economia brasileira, associado aos outros aspectos socioeconômicos, tem implicações diretas e impactos imediatos sobre o mercado de trabalho. Tais transformações contribuíram significativamente para aumentar as flutuações cíclicas do desemprego, bem como, para ressaltar o componente estrutural embutido na taxa de desemprego aberto. (CHAHAD E PICCHETTI, 2003, p. 32-33)

Matosso (1997, *apud* Camargo, 1999) afirma que independentemente da visão que se possa ter do desenrolar do processo de transformações do capitalismo contemporâneo, não há dúvidas de que, apesar da constituição de mecanismos defensivos, o mercado de trabalho e o mundo do trabalho de todos os países têm sofrido, ainda que diferencialmente, os efeitos da forma desregulada da concorrência. Na qual esta substitui o objetivo do pleno emprego ou considerações desenvolvimentistas ou sociais, e terminou por ampliar outros fatores que determinariam a geração de empregos, sejam eles fatores tecnológicos, comerciais ou de demanda.

No entanto, a questão do desemprego é ainda mais discutida, após os anos 90, com o intenso processo de globalização.

### **2.3 Globalização**

Segundo Zebral Filho (1997), o termo “globalização” é largamente usado para designar de modo geral o conjunto de mudanças que abrange as economias modernas do final do século XX e que se manifestam em diversas esferas da vida pública e privada.

As transformações das forças produtivas, das relações de produção, dos sistemas institucionais e dos sistemas político-ideológicos formam o processo de globalização mundial, do qual caracteriza o desemprego estrutural presenciado neste século (ZEBRAL FILHO, 1997, p. 25).

A globalização trata-se de um processo revolucionário. Revolução é um processo de ruptura radical no contínuo histórico, de destruição inovadora do passado para construção de uma nova realidade sobre novas bases. Neste sentido, ao falarmos de revolução esta não deve ser entendida como uma melhoria marginal qualitativa nos padrões vigentes da ação modernizadora. Uma revolução pressupõe uma mudança radical de conceitos e padrões condicionadores de um processo. É isto que a globalização significa (ZEBRAL FILHO, 1997, p. 26).

Para Moura (1998), a globalização não é fenômeno novo na história, o que é novo é o tratamento dispensado à questão, bem como a extensão dos seus efeitos.

A história do capitalismo tem consistido numa alternância entre períodos marcados por forte presença do Estado como garantia dos interesses do setor privado nacional e provedor de assistência aos setores empobrecidos, e períodos em que prevalece a desregulação e a liberdade para o capital, geralmente por este estar já suficientemente forte para competir por novos mercados. O essencial é perceber que quem está se globalizando é o capitalismo, e que sua forma liberal de atualmente pode ser passageira e apenas preparatória de formas mais totalitárias no futuro (MARCOS ARRUDA, *apud* MOURA, 1998, p. 79).

Como processo, a globalização vem se desenvolvendo há muitas décadas, acentuada principalmente a partir dos anos 90 com a desestruturação neoliberal, em que se destaca um novo paradigma produtivo, com profundas mudanças tecnológicas e organizacionais.

De acordo com Moura (1998), a globalização tem como base o avanço do capital em busca de novos mercados e locais de investimento, para além das fronteiras geopolíticas. Envolve praticamente todos os países, ricos ou pobres, de todos os hemisférios, seguindo basicamente, as estratégias das empresas transnacionais.

A globalização tem como estímulo o aumento da produtividade e da competição aliada às mudanças científico-tecnológicas, envolvida num único e globalizado mercado. Apesar disso, ela prejudica muitas vezes a sobrevivência da indústria nacional, que fica a

mercê da competição desigual com certos países produtores, o que ocasiona geralmente um aumento do desemprego.

Para Moura (1998), uma das conseqüências da globalização é a produção cada vez mais abundante de bens e serviços, a preços cada vez mais competitivos, tendo como resultado a drástica diminuição de empregos e o rebaixamento dos salários.

Moura sugere que, no momento, o que de melhor se pode aspirar, ao lado do incentivo à retomada do crescimento econômico, são medidas sociais que tentam reduzir os impactos trazidos pela globalização, como adaptações da legislação social e trabalhista, ao lado de medidas de incentivo à geração de emprego, o que no presente, a eficácia é ainda modesta, em todos os países.

[...] mas a verdade é que, dado o contexto vivido, muitas empresas vivem um abismo de percepção estratégica no confronto “capital-trabalho”. As empresas são usualmente mais ágeis, extraem vantagens comparativas, impõem suas metas de produção, reduzem seus custos e aumentam seus lucros. Na prática, para elas, a crise do emprego é benéfica, porque lhes dá uma posição de força em qualquer negociação trabalhista (MOURA, 1998, p. 84).

A globalização proporciona um aumento significativo de produtividade, de qualidade e de capacidade competitiva, contra uma forte redução do número de empregos.

Segundo Moura (1998), quanto mais aumenta a produtividade, mais decresce a empregabilidade. E esta empregabilidade depende cada vez mais do grau de preparo específico, ou seja, da qualificação profissional. Então a exigência atual é no sentido de admitir trabalhadores melhor qualificados, ou de demitir (para trocar) aqueles menos qualificados.

No entanto, o que se percebe é que a globalização é um fato econômico-social que tende a se expandir por muito tempo, não tendo apenas um impacto econômico, mas atingindo também todas as outras áreas.

Com a Terceira Revolução Industrial, a indústria foi responsável por grandes transformações urbanas, como a multiplicação de diversos ramos de serviços, o aumento da

produtividade e o êxodo rural. Além disso, introduziu um novo modo de vida e novos hábitos de consumo, criou novas profissões e promoveu uma nova estratificação da sociedade.

Com a necessidade de redução dos custos por parte das empresas para a geração de maiores lucros e o surgimento de novos produtos, e recursos de produção industrial, exigiram alterações nas tradicionais práticas de produção norte-americanas, universais a partir da década de 50, com a expansão das multinacionais. A especialização do trabalhador em determinada tarefa e a produção em escala, aplicadas pelo fordismo<sup>4</sup> e pelo taylorismo<sup>5</sup>, dá lugar ao novo modelo de produção, no qual o trabalho repetitivo passa a ser substituído pelo trabalho criativo, atendendo às constantes variações do cotidiano da linha de produção no final do século XX (ZEBRAL FILHO, 1997, p. 27).

De acordo com Zebral Filho (1997), a responsável primária pelas mudanças no modo e no meio de produção capitalista é a Revolução Técnico-Científica, a qual se caracteriza pela associação do conhecimento científico à produção. Esta associação ocorre principalmente a partir do pós-guerra, com o surgimento de indústrias dependentes das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D<sup>6</sup>), como energia nuclear, petroquímica, biotecnologia e informática.

A Terceira Revolução Industrial inaugura-se quando a Revolução Técnico-Científica se manifesta sobre a lógica da produção e do trabalho.

[...] assim a Terceira Revolução Industrial consiste no conjunto articulado de diversas mudanças no mundo produtivo (meios e modos de produção) derivadas da Revolução Técnico-Científica, na medida em que esta última cria a ambiência adequada e as condições materiais necessárias para tais mudanças (ZEBRAL, 1997, p. 27).

Com a Revolução Técnico-Científica, o tempo entre qualquer inovação e sua difusão,

---

<sup>4</sup> Fordismo - Conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto.

<sup>5</sup> Taylorismo - Conjunto de teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor. Abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção, incluindo propostas de pagamento, pelo desempenho do operário (prêmios e remuneração extras conforme o número de peças produzidas).

<sup>6</sup> P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

em forma de mercadorias ou de serviços, é cada vez menor. Os produtos industriais classificados como bens de consumo duráveis, especialmente aqueles ligados aos setores de ponta, como a microeletrônica e informática, tornam-se obsoletos devido à rapidez com que são superados pela introdução de novos modelos.

A microeletrônica, o microcomputador, o *software*<sup>7</sup>, a robótica e a engenharia genética são alguns dos símbolos dessa nova etapa, que tem modificado radicalmente as relações internacionais e os processos de produção.

Segundo Rifkin (1995), o novo contexto criado pelas novas tecnologias de produção altera inclusive os antigos critérios de localização industrial. Atualmente, no século XXI, a instalação das grandes empresas multinacionais não está necessariamente associada às proximidades de fontes de matérias-primas e de mão-de-obra barata, ou seja, a vantagem do custo da mão-de-obra barata no Terceiro Mundo está se tornando cada vez menos importante no mix global da produção.

Embora alguns setores industriais, como o têxtil e o eletrônico, ainda tiram vantagem quanto à sua instalação em regiões onde prevalecem a baixa qualificação e o custo reduzido da mão-de-obra, o pressuposto dos avanços da automação é produzir cada vez mais, com cada vez menos trabalhadores (RIFKIN, 1995, p. 205).

Há dez anos atrás, em 1995, Rifkin já fazia uma previsão do mercado de trabalho atual (2005):

Estamos nos aproximando rapidamente de uma encruzilhada marcante na história da humanidade. As corporações globais atualmente são capazes de produzir um volume sem precedentes de bens e serviços com uma força de trabalho cada vez menor. As novas tecnologias estão nos levando a uma era de produção sem trabalhadores, no exato momento da história do mundo em que a população está crescendo em níveis sem precedentes. O conflito entre as pressões de uma população em crescimento e oportunidades de trabalho em declínio delinearão a geopolítica da emergente economia global de alta tecnologia no século XXI (RIFKIN, 1995, p. 208).

---

<sup>7</sup> Software - programa de computador.

Para Moura (1998), a modernização de todos os setores passa a ser uma condição de sobrevivência e de competição, no qual esse processo de modernização forçará o desaparecimento de muitas atividades, e, portanto, de muitos postos de trabalho, mas tende a criar ou incrementar novas funções, nas quais os trabalhadores terão que ser polivalentes.

Sendo assim, a globalização torna o mercado de trabalho mais competitivo e conseqüentemente mais seletivo, no qual os trabalhadores disputarão por qualidade, investindo em especialização e educação.

### ***2.3.1 Educação***

A educação é um tema bastante discutido, sobre sua importância para o bem-estar de uma nação. No Brasil, as diferenças educacionais são grandes assim como os diferenciais salariais associados a estas diferenças educacionais.

Conforme Menezes Filho (2001, Chahad e Picchetti, 2003) descreve, Langoni, foi um dos primeiros economistas a ressaltar a importância da educação como fator explicativo para a desigualdade brasileira, no qual defendeu que parte do aumento da desigualdade no Brasil entre 1960 e 1970 ocorreu devido ao aumento na demanda por trabalhadores qualificados associado ao processo de industrialização. Barros, dando seqüência ao estudo, enfatizou que os principais problemas sociais no Brasil decorrem do baixo nível e da má distribuição da educação na população brasileira.

Kato e Ponchirolli (2002), salientam que num mercado de trabalho tão competitivo e globalizado, à medida que as empresas se modernizam e aumentam a complexidade da tecnologia utilizada, requisitam-se maiores aptidões técnicas e pessoais, e assim, a cada dia

mais pessoas são consideradas desqualificadas para os cargos abertos nas empresas, caso o sistema de ensino vigente não proporcione formação adequada.

[...] a educação insuficiente desde a infância é responsável direta ou indiretamente pela baixa qualificação da mão-de-obra no Brasil e apresenta-se como um dos pontos mais críticos para o país. Assim, é possível evidenciar que boa parte dos problemas como desemprego no país é gerada pela baixa qualificação da mão-de-obra existente, oriunda de uma educação precária e insuficiente. (KATO & PONCHIROLLI, 2002, p. 89)

Para Chahad e Picchetti (2003), houve uma forte redução da participação dos menos qualificados na composição da taxa de desemprego, de 31% em 1991 para 16,7% em 2002, e um significativo aumento da participação do pessoal mais qualificado, de 23,7% em 1991 para 43,7% em 2002.

De acordo com as estatísticas realizadas pela PME<sup>8</sup>, indicam que o grupo com até quatro anos de estudo diminuiu cerca de dois milhões de trabalhadores, e o grupo acima de nove anos de estudo e com alguma formação universitária aumentou em cerca de 1,2 milhões de trabalhadores, o que indica que quase a metade dos postos de trabalho gerados no período foi preenchida pelos trabalhadores qualificados (CHAHAD & PICCHETTI, 2003, p. 39-40).

Segundo Chahad e Picchetti (2003), se a elevação da escolaridade média dos ocupados reflete progressos do sistema educacional, por outro lado, pode estar significando que o mercado de trabalho está cada vez mais seletivo e excludente, expulsando os trabalhadores menos qualificados, e sendo até mesmo mais rígido com os mais qualificados, tendo em vista o aumento de sua participação na taxa de desemprego.

[...] a terceira revolução industrial e a globalização vão criar (em verdade, já estão criando) novas oportunidades de trabalho e até com muitos empregos bem remunerados. Mas serão empregos para a elite. Os dias de oferta de emprego em massa já acabaram. Assim, apesar de tudo, a melhor defesa contra o fantasma do desemprego ainda é o binômio do crescimento da economia, como um todo, e por outro lado, a conservação do emprego atual. Logo depois, vem a qualificação profissional. E para os milhares que perderam ou estão ameaçados de perder seus empregos, a grande promessa são os programas de requalificação profissional (MOURA, 1998, p. 154).

---

<sup>8</sup> PME – Pesquisa Mensal de Emprego

Porém, Camargo (1999), analisa o mercado de trabalho da década de 90, o qual sofre várias mudanças no processo de produção, nas relações de trabalho, na qualidade do emprego, entre outros fatores decorrentes do contexto de economia globalizada, e constata que os empregos formais criados no comércio e serviços para compensar a destruição dos postos na indústria, são insuficientes e não se caracterizam por maiores exigências de formação, segundo dados do cadastro geral do Ministério do Trabalho.

Entre 1991 e 1996, mais de 80% dos postos de trabalho que foram destruídos eram considerados de média ou alta qualificação, enquanto que, das ocupações que mais cresceram, também mais de 80% representavam postos com menor qualificação profissional, com salários mais baixos que os pagos relativamente às ocupações que foram perdidas (DAIN, 1998, *apud* CAMARGO, 1999, p.39).

Segundo Henrique (1998, *apud* Camargo, 1999) este fato contraria a interpretação de que altas taxas de desemprego seriam decorrentes de um desajuste de qualificações, onde a saída estaria na reconversão e requalificação profissional, como defendia o governo da época. O fato da deterioração da estrutura ocupacional ter sido acompanhada por uma pequena melhora do perfil de escolaridade dos ocupados em todos os segmentos ocupacionais, apenas evidencia que uma maior escolaridade não implica necessariamente em melhoria da estrutura ocupacional. O que parece estar ocorrendo é que o avanço da escolaridade no mercado formal decorre muito mais de uma insuficiência da demanda por parte das empresas, do que a existência de requisitos adicionais no conteúdo dos postos de trabalho.

Com o aumento do desemprego e o acirramento da competição no mercado de trabalho, as empresas têm privilegiado a utilização de trabalhadores mais qualificados em detrimento daqueles com menor qualificação para o preenchimento das ocupações com menor grau de exigência profissional (POCHMANN, 1998, *apud* CAMARGO, 1999, p. 40).

Baltar e Proni (1997), consideram dentro de um contexto de flexibilidade do trabalho, que a rotatividade da mão-de-obra e a flutuação sazonal do emprego são fenômenos bem mais freqüentes entre os empregados com baixa escolaridade. Os trabalhadores com níveis de instrução mais elevados constituem, proporcionalmente, a maior parcela do núcleo de empregados com vínculo estável. A alta proporção de empregados com pouca instrução, a dificuldade desses empregados em acumular tempo de serviço no estabelecimento e o baixo nível de sua remuneração inicial respondem em grande medida pela elevada assimetria e dispersão da distribuição dos salários (BALTAR & PRONI, 1997, p. 125).

Zebral Filho (1997), destaca ainda que, o perfil do trabalhador deve ajustar-se aos novos padrões de produção carregados de flexibilidade, inovação, tecnologia e produtividade. Neste sentido, os novos padrões exigem trabalhadores com maior número de anos de escolaridade, que detenham não somente um conhecimento instrumental acerca de suas tarefas, mas preparação para trabalhar de modos continuamente diferentes, em tarefas que exigem soluções cada vez menos padronizadas, permeadas por novas técnicas introduzidas por tecnologias em permanente evolução, para produzir de modo mais eficaz e eficiente.

### ***2.3.2 Migrações Internas***

Com o processo de industrialização, ocorreram profundas transformações no modo de produção, na diversificação de produtos, na divisão social do trabalho, e um grande crescimento do êxodo rural.

No período entre 1960 e 1980 o Brasil viveu o maior êxodo rural de sua história, decorrente da Revolução Industrial, quando o rápido desenvolvimento da economia brasileira gerou amplas e novas oportunidades ocupacionais, em especial nas atividades urbanas, o que possibilitou uma expressiva mobilidade social rural-urbana. O Brasil transformou-se, em

algumas décadas, de um país predominantemente rural, num país majoritariamente urbano (Tabela 1).

	1940	1950	1960	1970	1980	1990	1996
Urbana	31,20	36,20	45,40	55,90	67,70	74,80	78,00
Rural	68,80	63,80	54,60	44,10	32,40	24,50	22,00

*Tabela 1 – Crescimento da população urbana*

*Fonte: Elaboração da autora com base em dados do IBGE*

Atualmente (2005), o processo de urbanização apresenta características diferentes em relação às décadas anteriores, que eram migrações campo-cidade. Avaliações recentes da mobilidade humana no Brasil apontam para o crescimento das migrações de curta distância, intra-regionais e dos fluxos urbano-urbano e intra-metropolitanos, ou seja, aumenta o número de pessoas que migram de uma cidade para outra ou no interior das áreas metropolitanas em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

O fator mais importante de atração da população para a migração, de acordo com Singer (1973), é a demanda por força de trabalho, não apenas a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas, como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando oportunidades econômicas, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o imigrante poderia perceber na área de onde provém (SINGER, 1973, p. 41).

Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos (SINGER, 1973, p. 32).

Segundo Singer (1973), as migrações internas são um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas, e qual são regidas pelo sistema capitalista. Ele admite também que a migração interna é um processo social, no qual se deve supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento, sendo essas causas quase sempre de fundo econômico, tais como deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante.

No caso específico das migrações internas, o caráter coletivo do processo é tão pronunciado que quase sempre as respostas da maioria dos migrantes caem em apenas duas categorias: 1. motivação econômica (procura de trabalho, melhora das condições de vida, etc.) e 2. para acompanhar o esposo, a família ou algo deste estilo (SINGER, 1973, p. 51).

Com a necessidade de inserção no mercado de trabalho, muitas famílias migram dos seus locais de origem, na esperança de encontrar emprego ou melhores oportunidades. A constatação de sucesso para alguns trabalhadores instalados nas cidades de atração, proporciona à outras famílias maior estímulo para o seu deslocamento. Porém muitas vezes deparam-se com um mercado de trabalho ainda mais competitivo, onde os trabalhadores sofrem um processo seletivo, por maior qualificação e especialização, e muitas vezes por não possuir as exigências do mercado de trabalho, acabam tornando-se desempregados.

A incapacidade da economia urbana de absorver a força de trabalho dos migrantes pode acarretar no surgimento de populações marginais, pelo menos do ponto de vista da moradia, como exemplo a criação de favelas e de comunidades carentes.

De acordo com Singer (1973), uma das proposições feitas com grande freqüência a respeito da migração, é que ela contribui para a formação de população marginal nos lugares de destino, no qual, a marginalidade, é em geral conceituada como não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos, constituindo assim, um estoque da oferta de força de trabalho.

As atuais formas de organização do capitalismo incluem um padrão cada vez mais flexível nos mercados de trabalho e nos processos de trabalho, com constantes inovações tecnológicas, mudanças no perfil do trabalhador e diminuição do emprego. Neste contexto, a mão-de-obra excedente, representada por parte dos migrantes que não conseguem se integrar no mercado de trabalho, sendo estes muitas vezes trabalhadores não qualificados, que geralmente prestam serviços como vendedores ambulantes, domésticas, biscateiros, etc., passam a reproduzir traços de uma economia de subsistência, sob a forma de atividades autônomas e no mercado informal, contribuindo para um aumento da precarização nas relações de trabalho e de suas condições de vida.

A busca de novas oportunidades em outras localidades pode muitas vezes ser uma ilusão, e a realidade se apresenta através da exclusão econômica e social.

### *2.3.3 Desigualdade de renda e exclusão social*

O Brasil é um país profundamente desigual e injusto, e esta desigualdade tem sido uma característica permanente da nossa estrutura econômica e social.

A participação dos 20% mais pobres da população na renda total, por exemplo, é da ordem de 2,5%. Somente em Serra Leoa, na República Central Africana, na Guatemala e no Paraguai os mais pobres têm uma participação menor na renda do que no Brasil. Somos o quinto do mundo, mas, se tomarmos o extremo oposto, os 20% mais ricos da população, somos o segundo do mundo, com um nível de participação dos mais ricos na renda em torno de 63,8%, só superado pela República Central Africana, que ostenta uma marca de 65% (MERCADANTE, 2003, p. 37).

Não é só a dimensão do problema distributivo que chama a atenção no caso brasileiro mas, a permanência deste padrão de desigualdade ao longo do tempo. Nos últimos 30 anos, por exemplo, apesar de o país ter experimentado várias políticas e vivenciado diversas fases de sua evolução econômica, nestas três décadas apresentou períodos de rápido crescimento e de estagnação da economia, de inflação moderada ou acelerada e de relativa estabilidade de preços, com uma tendência à concentração da renda. Poucas foram as exceções, como em 1986, com o Plano Cruzado, ou em 1995, com a hiperinflação e o aumento significativo do salário mínimo, quando se verificaram melhorias passageiras no padrão distributivo.

No entanto, os avanços ocorridos na história da economia brasileira foram sempre revertidos em prazos relativamente curtos, dando lugar a processos de reconcentração da renda, como o que ocorreu na década passada. Para Mercadante (2003), as grandes desigualdades no Brasil estão associadas a três fatores principais:

i) à matriz social originária, fundada na concentração da terra e do poder político e na dependência externa, que impõe sua marca a todo processo de constituição histórica e evolução da nação brasileira; ii) ao caráter patrimonialista do Estado e à forma como são obtidos e utilizados seus recursos (o caráter regressivo do sistema tributário e a apropriação “privada” dos recursos públicos pelos grupos que controlam ou se beneficiam do poder político, por exemplo); iii) ao caráter concentrador e excludente dos modelos econômicos historicamente adotados no país, voltados para a acumulação do capital e preservação e reprodução dos interesses dos grupos econômicos internos e externos que ocupam uma posição hegemônica na estrutura de poder político (MERCADANTE, 2003, p. 39)

A experiência recente do país é ilustrativa da permanência e interação desses determinantes. As políticas neoliberais adotadas neste período, embora tenham viabilizado uma relativa estabilização dos preços internos, levaram a níveis extremos a dependência e vulnerabilidade externa do país e agravaram a questão social, agora amplificada pelo desemprego, reforçando os fatores de exclusão social e de enfraquecimento do estado nacional embutidos no funcionamento espontâneo da economia de mercado e na dinâmica do processo de globalização (MERCADANTE, 2003, p. 40).

Segundo Dupas (1999), o padrão atual de acumulação do capital na era das tecnologias da informação vem transformando de forma dramática o conceito de ocupação. Está se formando, com efeito, um novo paradigma de emprego, que se apresenta mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional. É sob o contexto complexo de globalização e de alteração no papel do Estado que surgiu a preocupação com o fenômeno que se convencionou chamar de exclusão social.

Para Moura (1998), na sua essência, a exclusão social, significa o estado do indivíduo que é vedado a participar das condições gerais, inclusive proteção e bem-estar, que a sociedade propicia aos seus cidadãos.

De acordo com Moura (1998), a exclusão social pelo desemprego, por ser a principal forma pela qual se revela, é um fato importante por diversas razões, mas especialmente porque: a parcela populacional atingida é muito grande e está em crescimento constante; cresce o número de excluídos do emprego formal; e agrava outras formas de exclusão social.

Segundo Rogers (1999, *apud* Dupas, 1999), a exclusão social relaciona-se a desigualdades econômicas, políticas, culturais, entre outras. O autor aponta vários níveis nos quais se pode estar excluído, destacando-se:

a) exclusão do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo); b) exclusão do trabalho regular (parcial e precário); c) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários; d) exclusão do acesso a bens e serviços ( inclusive públicos); e) exclusão dentro do mercado de trabalho ( para ele, existe uma “dualização do processo de trabalho”, ou seja, há empregos ruins, de acesso relativamente fácil que além de precários não geram renda suficiente para garantir um padrão de vida mínimo, e há empregos bons, mas de difícil acesso, que geram níveis de renda e de segurança aceitáveis) (DUPAS, 1999, p. 20)

Já para Silver (1999, *apud* Dupas, 1999), foram tratados como excluídos principalmente: os desempregados de longo prazo; os empregados em empregos precários e não-qualificados; os velhos e os não-protetidos pela legislação; os pobres que ganham pouco; os sem-terra; os sem habilidades; os analfabetos; os pobres que têm consumo abaixo do nível considerado de subsistência; entre outros.

Enfim, muitas são as formas de exclusão social, na qual a mais citada é com relação ao desemprego e as formas precárias de trabalho, assumidas devido ao sistema capitalista implantado.

O capitalismo tornou-se mais rígido e menos humano, segundo Moura (1998), as mudanças no universo de atuação empresarial entre os anos 50/70 e os 70/90, apresentou um macrocenário totalmente distinto onde: da estabilidade passamos à turbulência; da previsibilidade à incerteza; da continuidade à ruptura; da abundância à escassez; da ênfase nas habilidades operacionais à ênfase na capacidade conceptual.

O resultado desta mudança de cenário, somada à globalização econômica, na qual a generalização da competitividade em escala mundial e à revolução tecnológica-gerencial, trouxe com efeito maior:

a) o aumento da produtividade; b) a possibilidade e necessidade de redução de quadros; c) a necessidade de substituir operários do padrão antigo por operários com múltiplas competências; d) a difusão dos processos de “terceirização”; e) o advento da chamada “reengenharia”; f) a necessidade de promover a reeducação gerencial; g) uma nova consciência da relação custo-benefício (MOURA, 1998, p. 118).

Segundo Moura (1998), a consequência maior dessas mudanças, não poderia ser outra, senão a exclusão social, o desemprego e a expansão da economia informal. Tudo isto é o resultado de uma grande transformação global, em que vivemos num ambiente marcado pela incerteza, pela ambigüidade, onde é cada vez mais difícil termos as respostas certas para as situações.

O fato é que, num mercado de trabalho tão competitivo e exigente, muitos são os trabalhadores excluídos, portadores de baixa renda, em precários postos de trabalho, vivendo em condições de pobreza, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais existentes.

## CAPÍTULO III

### 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a descrição e a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, caracterizando a situação econômica das famílias do Conjunto Habitacional Morar Bem, no loteamento Jardim Zanellato, destacando informações sobre a análise do mercado de trabalho que ocupam.

#### 3.1 Características do município e da comunidade

##### 3.1.1 O município de São José

O município de São José, fundado por açorianos em 26 de outubro de 1750, está inserido na região da grande Florianópolis, que é formada por 22 municípios, com uma população total de 894.953 habitantes (IBGE<sup>9</sup>/2004). O município de São José contribui com 192.679 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE/2004, distribuídos nos seus 113,71Km<sup>2</sup>, abrigando 98% dos habitantes na área urbana e 2% na área rural (IBGE/2004).

De acordo com dados do IBGE/2004, São José ocupa a posição de segundo maior município catarinense em densidade demográfica, com 1.694,47 habitantes por quilômetro quadrado, está coberto praticamente em todo o seu território por áreas urbanizadas, que vêm crescendo ao longo das décadas sem um planejamento adequado, com os benefícios e malefícios dos grandes aglomerados urbanos.

---

<sup>9</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Apesar de ser um município de pequena extensão territorial, é dividido em três distritos administrativos: Sede, Barreiros e Campinas. O maior em extensão é o distrito Sede e o mais populoso o de Barreiros (FARIAS, 2002, p. 25).

O município de São José, caracterizado geograficamente, tem como limite a leste as águas da baía sul da ilha de Santa Catarina, a oeste São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos, ao norte Biguaçu e Florianópolis, e ao sul Palhoça (FARIAS, 2002, p. 25).

É um dos grandes pólos de desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Segundo dados da Secretaria do Estado da Fazenda (2003), o município possui a sétima maior arrecadação de ICMS<sup>10</sup>.

O crescimento sócio-demográfico e econômico atraiu gente de toda parte e origem cultural, inicialmente morando em São José e trabalhando em Florianópolis.

O mercado de trabalho do município de São José, apesar de bastante diversificado, apresenta um crescimento da economia informal que absorve mão-de-obra e que garante a sobrevivência de centenas de famílias. Estão envolvidos nestas atividades informais os prestadores de serviços, os recolhedores de produtos recicláveis, os vendedores ambulantes, as empregadas domésticas, etc (FARIAS, 2002, p. 27).

### *3.1.2 Loteamento Jardim Zanellato*

O loteamento Jardim Zanellato localiza-se no município de São José, especificamente no bairro Serraria. O acesso se dá por estradas pavimentadas, próximo às margens da BR-101, no trecho da FEIND<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços

<sup>11</sup> FEIND – Feira das Indústrias e Decoração

Com relação ao loteamento Jardim Zanellato, há falta de dados suficientes sobre população, renda, comércio local, entre outros, junto à Prefeitura Municipal de São José, mas, segundo relatos dos moradores mais antigos, o loteamento apresentou um amplo crescimento populacional e um breve desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais locais, observados nos últimos anos.

Atualmente (2005), a comunidade do loteamento Jardim Zanellato conta com os serviços essenciais como posto de saúde, creche, escola com ensino fundamental, iluminação pública, energia elétrica, água encanada e linha de transporte urbano.

Apesar da infra-estrutura existente, com o crescente povoamento muitas famílias invadiram áreas de preservação ambiental (Figura 1), residindo ilegalmente nos morros, em precárias condições de habitação, constituindo aglomerados urbanos, denominados de favelas.



*Figura 1 – Infra-estrutura do povoamento*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*

Em novembro de 2001, a Prefeitura Municipal de São José desenvolveu um projeto integrado de reassentamento de famílias que moravam em habitações precárias, em áreas de risco, para uma nova área urbanizada, representado pela viabilização de unidades residenciais adequadas. Este projeto englobou várias famílias do loteamento Jardim Zanellato juntamente com outras famílias de outros pequenos loteamentos próximos que se encontravam em igual situação. (Figuras 2 e 3).



*Figura 2 – Infra-estrutura do povoamento*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*

A Prefeitura Municipal de São José atendendo os princípios do Programa Habitar Brasil / BID<sup>12</sup> – como meta governamental de viabilizar soluções alternativas para o problema habitacional das famílias de baixa renda vivendo em áreas impróprias para habitação –

---

<sup>12</sup> BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento / Para maiores informações sobre o projeto, consultar a Prefeitura Municipal de São José.

realizou o projeto para atender 600 famílias, que deu origem ao Conjunto Habitacional Morar Bem, foco da pesquisa realizada. (Outras imagens, vide anexos).



*Figura 3 – Infra-estrutura do povoamento*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*

### *3.1.3 Caracterização da comunidade do Morar Bem*

O Conjunto Habitacional Morar Bem possui atualmente (2005), 329 famílias assentadas, cujo assentamento se iniciou em outubro de 2003, sendo que as construções continuam se desenvolvendo para atender as 271 famílias restantes, que aguardam a conclusão da obra. (Figura 4).



*Figura 4 – Construções do Conjunto Habitacional Morar Bem*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*

As residências são construídas de alvenaria, cujas características apresentam infraestrutura básica, com três tipos de modelos diferentes, sendo todas de 32 m<sup>2</sup>, com dois quartos e demais dependências, em terreno de área plana, com área média de 128 m<sup>2</sup> e estrutura para ampliação. (Figura 5).



*Figura 5 – Construções do Conjunto Habitacional Morar Bem*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*

Já possuem no local, um posto de saúde, uma creche, ruas asfaltadas, um centro comunitário, energia elétrica e saneamento básico. O Conjunto Habitacional Morar Bem está hoje em andamento para se tornar um novo loteamento, aguardando apenas regulamentação da prefeitura. Ainda não existe registro oficial, como exemplo, o nome das ruas e cep. E não há também, um comércio local. (Figura 6).



*Figura 6 – Conjunto Habitacional Morar Bem*

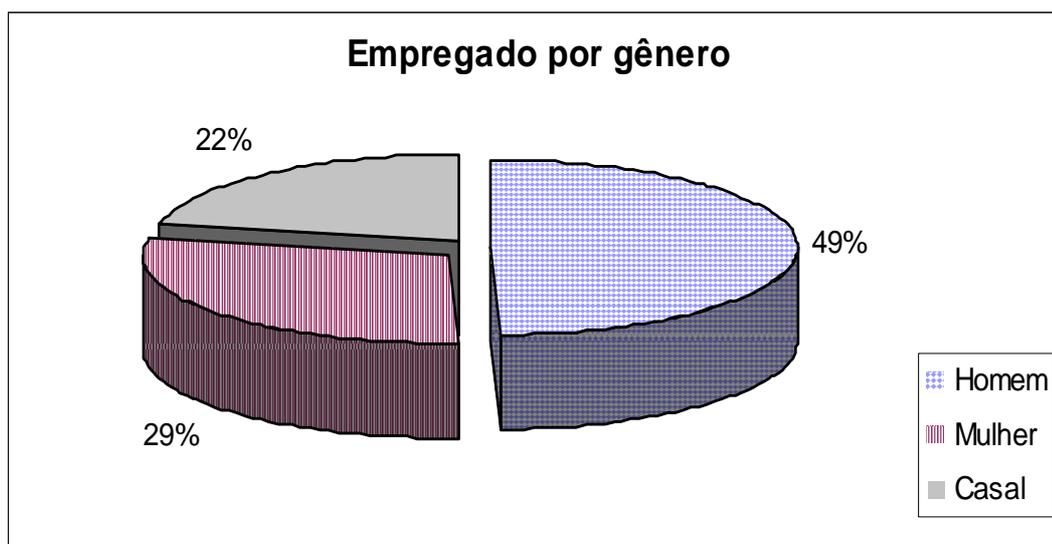
*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*

### *3.1.4 Situação econômica*

Dentre as 329 famílias residentes, foram analisadas 97, de acordo com a pesquisa realizada sob uma visão econômica.

A população pesquisada apresentou uma faixa etária entre 25 e 45 anos, sendo todas consideradas em idade ativa.

No período da entrevista, todas as famílias avaliadas apresentaram pelo menos um membro da família ocupado em alguma atividade econômica no momento, seja no mercado formal ou informal, onde se constata que a mão-de-obra exercida, em 49% das famílias é constituída geralmente pelo pai, 29% pela mãe e 22% pelo casal. (Gráfico 1).



*Gráfico 1 – Empregado por gênero*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*

Das 97 famílias entrevistadas, 71 delas possuem um companheiro desempregado, sendo eles 48 mulheres e 23 homens, considerando que das 28 mulheres que são responsáveis pela renda e sustento familiar, 5 delas não possuem companheiros, enfatizando uma pequena participação das mulheres no mercado de trabalho. Dos 71 desempregados, 46 estão procurando emprego e 25 não.

De acordo com as respostas dos entrevistados, os principais motivos apontados para justificar o desemprego foram a falta de oportunidades no mercado de trabalho, devido a baixa qualificação e nível de escolaridade, cuidados com os filhos, falta de recursos como vagas em creches e escolas, problemas de saúde, serviços temporários, mão-de-obra dispensada e para alguns a acomodação, preferindo viver de outros recursos como benefícios e doações.

Entre os indivíduos que estão trabalhando, 68% deles encontram-se no mercado de trabalho informal, sem regularização e muitos em precárias condições de trabalho, prestando serviços temporários, sendo os mais citados como de pedreiro, pintor, carpinteiro, catador de papelão, faxineira e babá. Os demais 32% encontram-se trabalhando no mercado formal, ou

seja, com carteira assinada destacando as profissões de serviços gerais, vigilante, eletricista, frentista, cozinheira e empregada doméstica. (Gráfico 2).

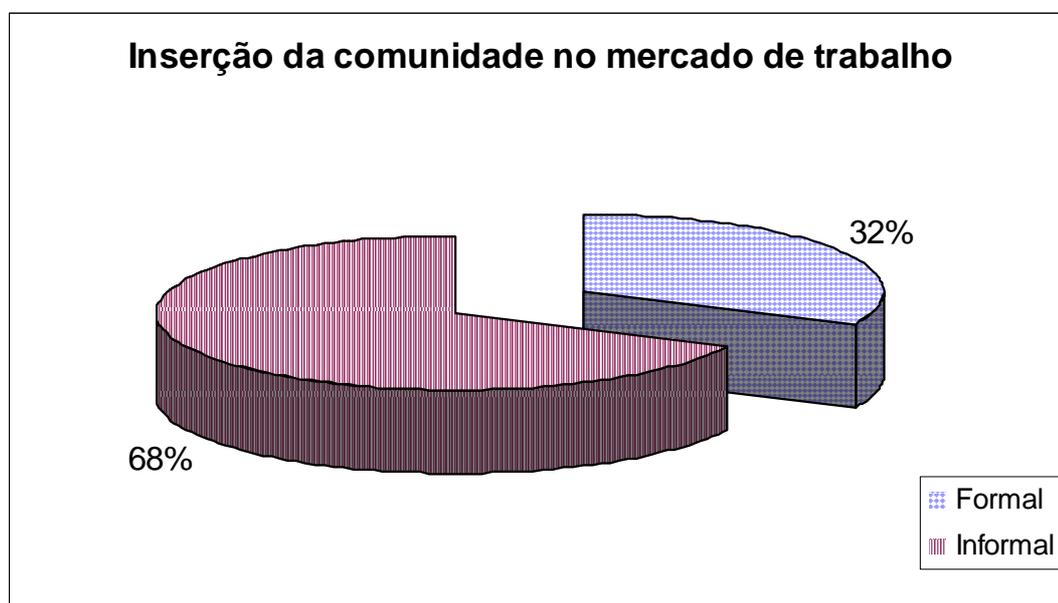


Gráfico 2 – Inserção da comunidade no mercado de trabalho  
Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.

Como contribuição para o aumento da renda, 48% dos entrevistados possui algum tipo de benefício. (Gráfico 3).

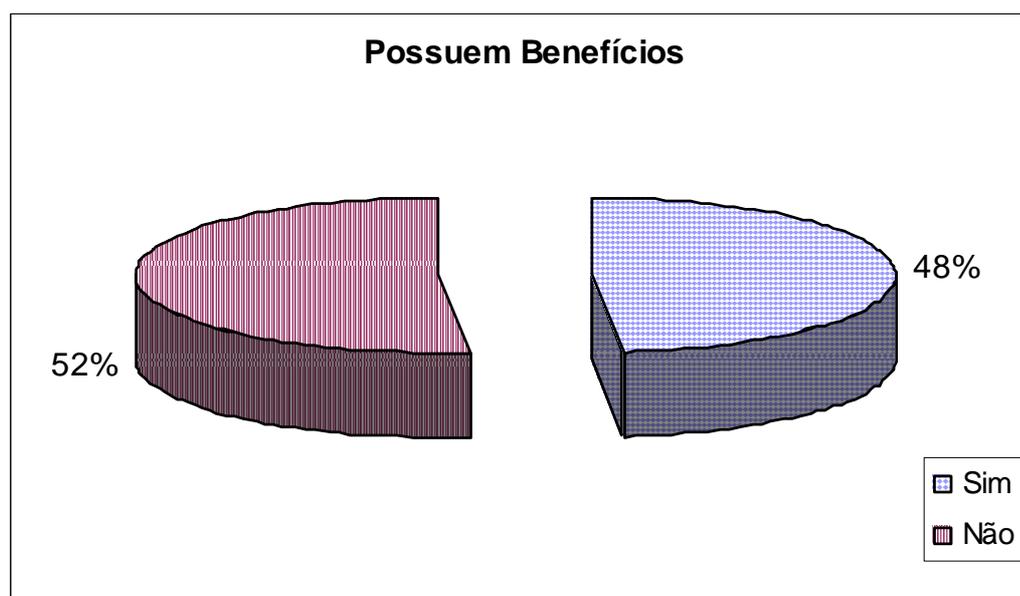


Gráfico 3 – Percentual de moradores que dispõem de benefícios  
Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.

O Governo Federal disponibiliza mensalmente, para atender as famílias de baixa renda, alguns benefícios tais como bolsa escola, bolsa família e PETI<sup>13</sup>.

### 3.1.5 Nível de escolaridade

Através da pesquisa realizada com a comunidade do Morar Bem, constata-se um baixo nível de escolaridade e qualificação profissional entre os chefes de famílias. A grande maioria possui ensino fundamental até a quarta série do primário, representando as seguintes taxas: com 79% dos entrevistados tem apenas o 1º grau incompleto, somente 8% com o 1º grau completo, 6% possuem o 2º grau incompleto, 5% dos que concluíram o 2º grau e 2% constituídos por analfabetos. (Gráfico 4).

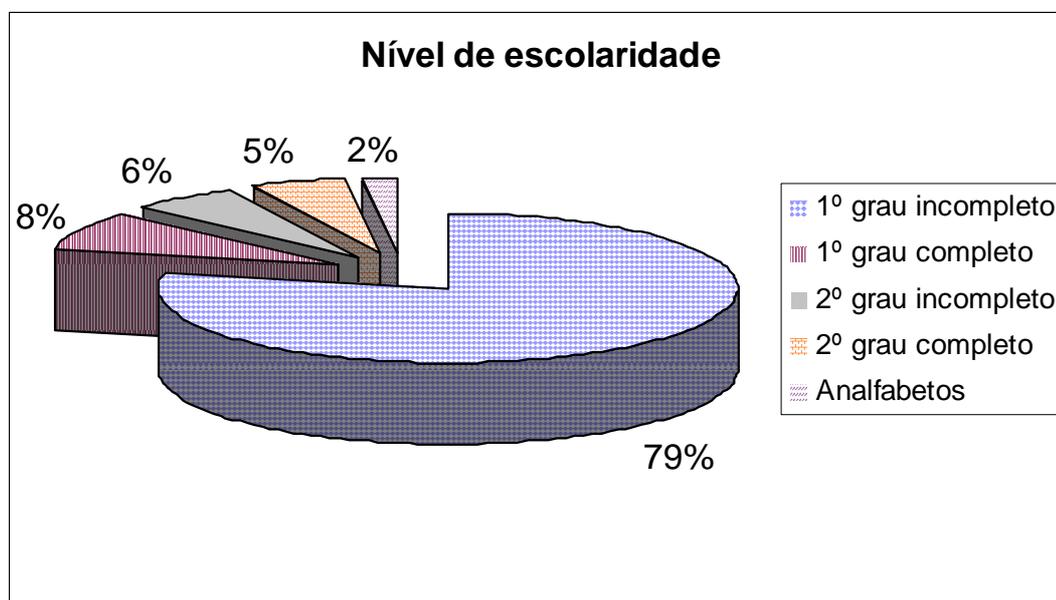


Gráfico 4 – Nível de escolaridade

Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.

<sup>13</sup> PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O nível de escolaridade foi apontado pelos moradores como o principal fator para a dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

### 3.1.6 Número de filhos por família

As famílias analisadas são consideravelmente jovens, possuindo uma média de 3,7 filhos por família. (Gráfico 5).

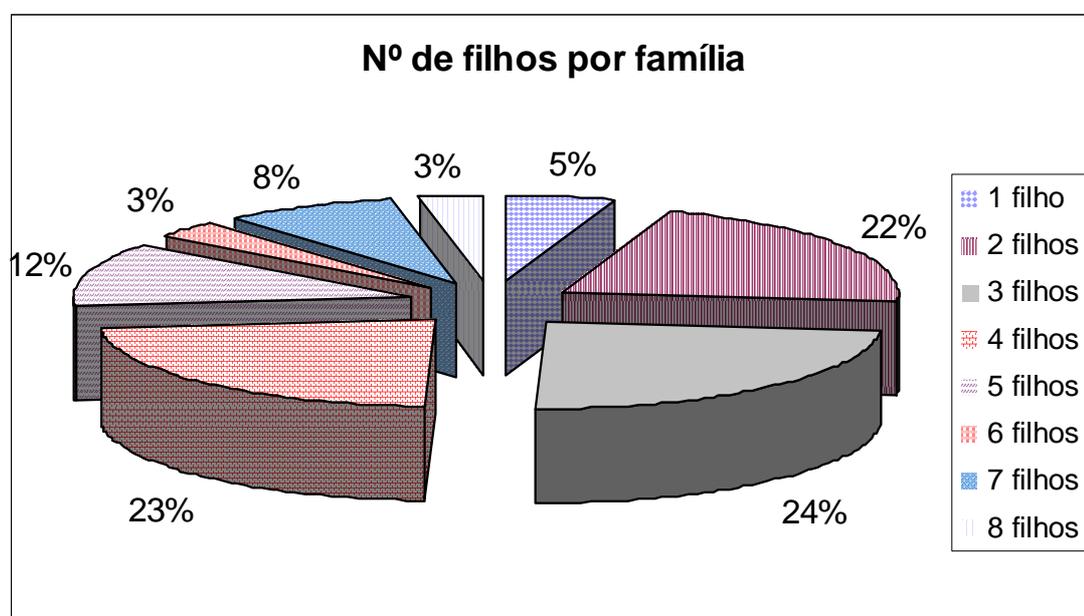


Gráfico 5 – Número de filhos por família

Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.

Observa-se que nas famílias com menor renda e baixo nível de escolaridade, maior é a quantidade de filhos, enquanto que para as famílias com melhor situação econômica menor é a quantidade de filhos.

### 3.1.7 Renda per capita

Durante o período da pesquisa, a maioria dos entrevistados apresentou um baixo nível de renda, sendo esta instável, devido à temporariedade dos empregos informais. Dos 68% trabalhadores que não possuem regularização, grande parte dos seus serviços variam mês a mês, ou seja, alternando o ciclo entre estar empregado e desempregado.

A renda familiar para as 97 famílias analisadas mostra que 40% delas sobrevivem com uma renda de até um salário mínimo, 46% recebem entre um a dois salários mínimos, 11% variam entre dois a três salários mínimos e apenas 3% são portadores de um nível de renda mais alto, que consiste entre três a quatro salários mínimos. Estes dados são baseados entre as famílias que estão inseridas nos mercados formal e informal dado o momento da pesquisa. (Gráfico 6).

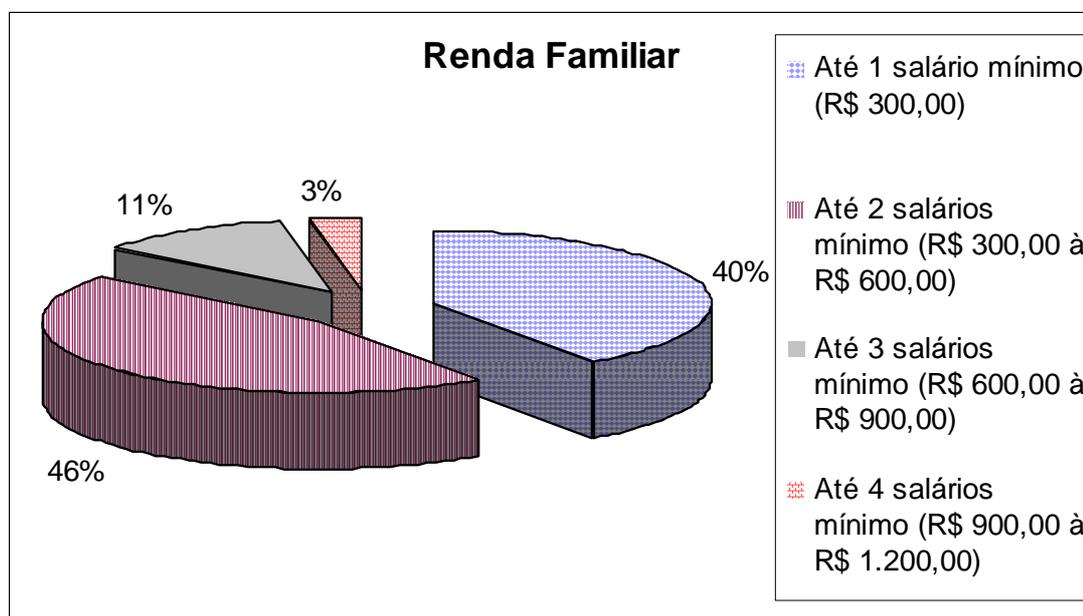


Gráfico 6 – Média da renda familiar

Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.

De acordo com o salário e a quantidade de indivíduos por família, foi possível calcular a média da renda *per capita* para as famílias formadas por aproximadamente em torno de três a dez pessoas.

Conforme apresenta o (gráfico 7), para as famílias constituídas entre três e quatro pessoas, a renda *per capita* foi em torno de R\$114,00 (Cento e quatorze reais), as formadas por cinco indivíduos foi por volta de R\$ 86,00 (Oitenta e seis reais), já para aquelas que possuem entre seis a oito membros, a renda *per capita* variou em aproximadamente R\$ 71,00 (Setenta e um reais) a R\$ 69,00 (Sessenta e nove reais), enquanto que nas famílias portadoras de nove a dez pessoas, apresentou baixo nível de renda por indivíduo com uma média entre R\$ 35,00 (Trinta e cinco) a R\$ 30,00 (Trinta reais).

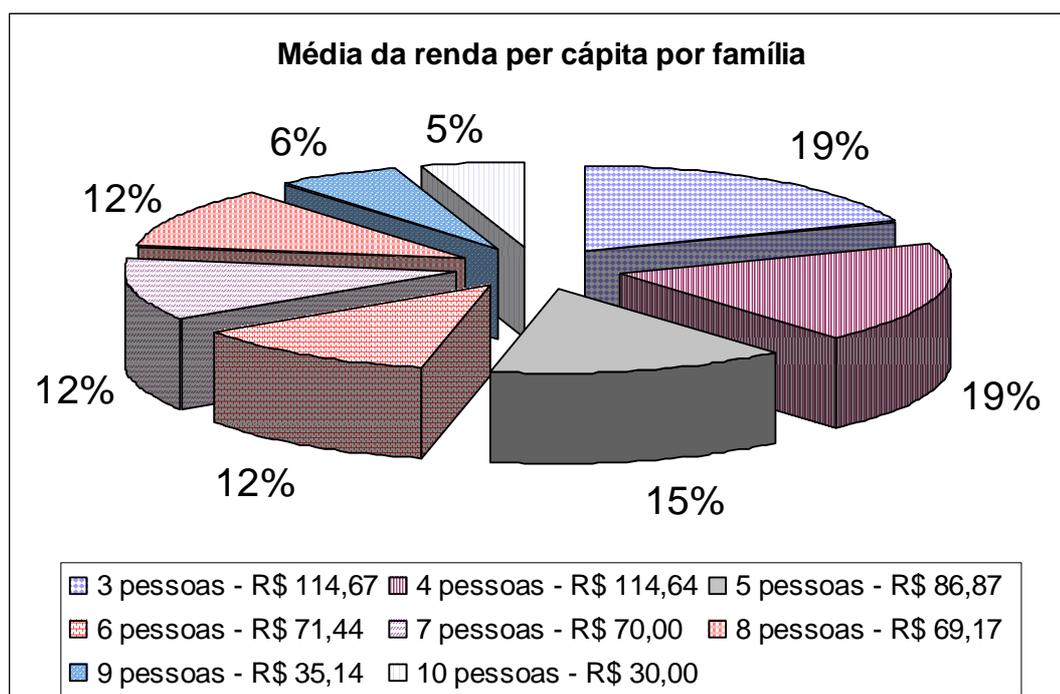


Gráfico 7 – Média da renda per capita por família

Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.

Esses valores refletem o baixo nível de bem-estar social, justificando em partes à precariedade e qualidade de vida das famílias.

### 3.1.8 Procedência das famílias

Entre as 97 famílias entrevistadas, percebe-se que 89%, ou seja, a maioria é do Estado de Santa Catarina, contra 11% das famílias vindas de outros estados.

Constata-se que das famílias catarinenses, a grande maioria provém dos municípios da região oeste, seguidas pela região da grande Florianópolis, como mostra o (gráfico 8).

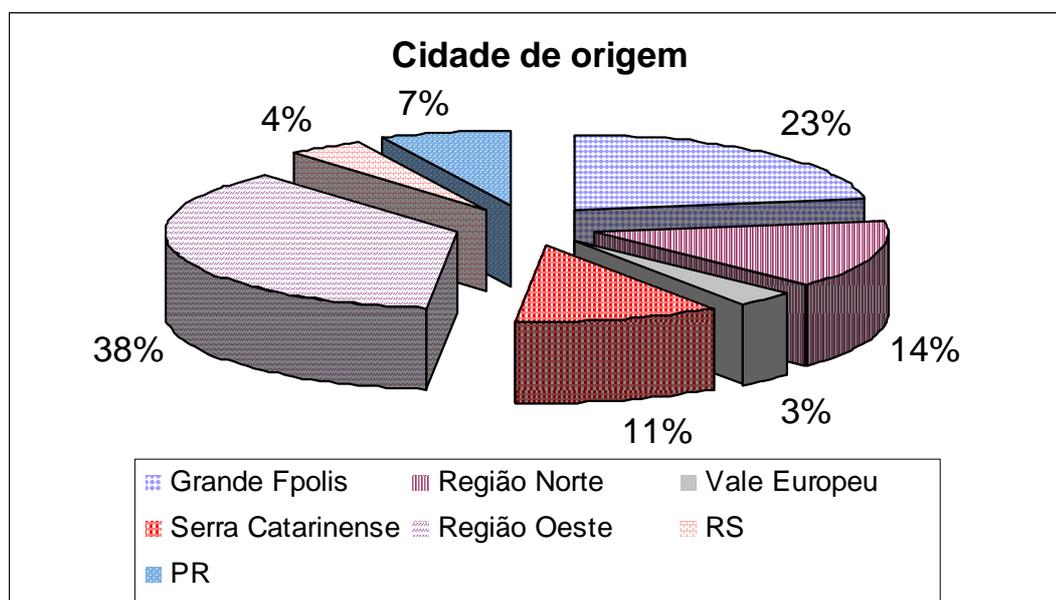


Gráfico 8 – Cidade de origem

Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.

Com relação à procedência das famílias, percebe-se que há uma grande migração interna, na qual os principais motivos relatados pelos moradores foram a busca por novas oportunidades de emprego e para acompanhar o esposo ou outros familiares. (Tabela 2).

Cidade	Região	Nº de Famílias
Florianópolis	Grande Fpolis	17
Leoberto Leal	Grande Fpolis	1
São José	Grande Fpolis	4
Canoinhas	Norte	8
Joinville	Norte	3
Mafra	Norte	1

São Bento do Sul	Norte	2
Caçador	Oeste	1
Campos Novos	Oeste	2
Catanduvas	Oeste	5
Chapecó	Oeste	8
Concordia	Oeste	1
Herval d'Oeste	Oeste	1
Joaçaba	Oeste	5
Maravilha	Oeste	1
São Carlos	Oeste	1
São Domingos	Oeste	1
São Lourenço d'Oeste	Oeste	2
Vargem Bonita	Oeste	3
Xanxere	Oeste	3
Xaxim	Oeste	2
Lages	Serrano	10
São Joaquim	Serrano	1
Blumenau	Vale Europeu	1
Lebon Régis	Vale Europeu	1
Ponte Alta do Norte	Vale Europeu	1
Pato Branco	PR	1
Cascavel	PR	1
Curitiba	PR	4
Queda do Iguaçu	PR	1
Porto Alegre	RS	4

*Tabela 2 – Cidade de origem*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*

### **3.2 Análise sócio-econômica**

O Conjunto Habitacional Morar Bem proporcionou aos moradores, melhorias com relação às suas habitações, que deixaram de ser precárias, contribuindo para o conforto e as necessidades básicas de sobrevivência das famílias. Para a grande maioria dos entrevistados, a saída dos morros para morar em local adequado melhorou a qualidade de vida em 88% das opiniões, sendo que para 5% piorou e para 7% permanece igual, como apresenta o (gráfico 9).

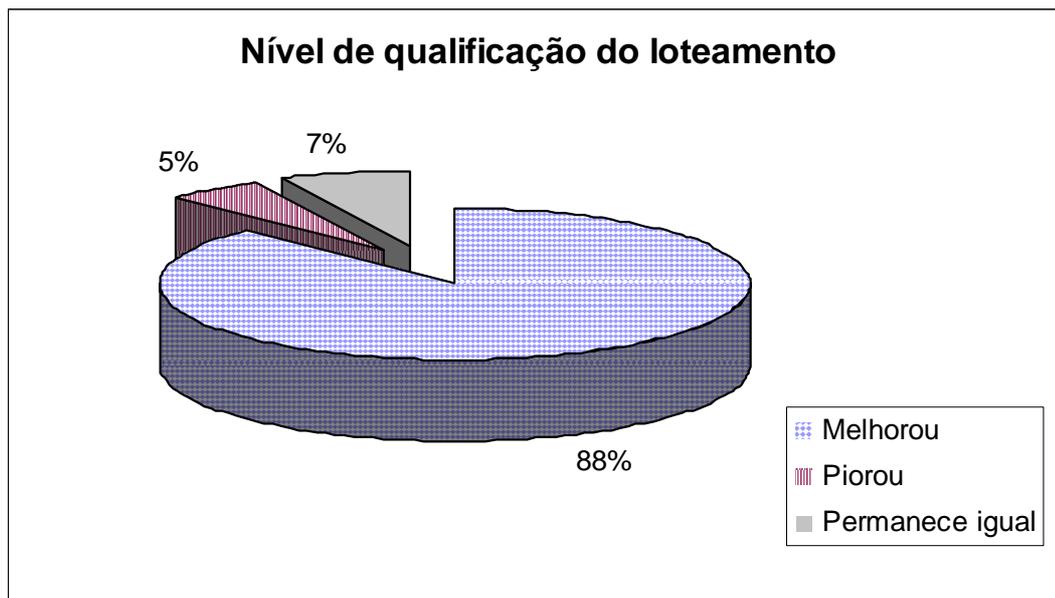


Gráfico 9 – Nível de qualificação do loteamento

Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.

Entretanto, outros problemas econômicos e sociais permanecem, como o desemprego, o baixo nível dos salários, a pouca qualificação da mão-de-obra, a informalidade no mercado de trabalho, a falta de instituições de ensino, a ausência de postos de saúde, a criminalidade, a violência, entre outros.

De acordo com a pesquisa realizada em 2001 pela Prefeitura Municipal de São José para a elaboração do projeto de reassentamento das famílias, verificou-se que em 79,20% dos moradores eram originários de municípios do interior do Estado de Santa Catarina, com apenas 20,80% sendo habitantes do próprio município, sendo que 63% das famílias migraram por busca de trabalho, apresentando 26% dos moradores com nível de escolaridade de 1ª à 4ª série, e de 45% com escolaridade de 5ª à 8ª série, onde 0,5% possuíam no máximo até o segundo grau e os 27% restantes eram analfabetos. Outra característica apresentada segundo dados da Prefeitura datados de 2001, foram a ausência de mão-de-obra qualificada, a dificuldade de empregabilidade e a baixa renda, onde 75% dos moradores apresentava renda inferior a três salários mínimos.

Pode-se observar que a situação sócio-econômica atual (2005), pouco difere da situação apresentada em 2001 durante a elaboração do projeto para realização do Conjunto Habitacional Morar Bem, segundo pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de São José.

A realidade econômica das famílias pesquisadas demonstra a carência de vários fatores sócio-econômicos da população de baixa renda. Foi analisada apenas uma amostra com um pequeno número de famílias, as quais representam à drástica situação econômica de uma grande parcela da população brasileira.

## **CAPÍTULO IV**

### **4 CONCLUSÃO**

Num mercado de trabalho tão competitivo, o Brasil, um país em desenvolvimento, apresenta uma população com dificuldades de inserção, retratada durante seu processo histórico, principalmente com a industrialização e acentuada com a globalização. O desemprego que há décadas atrás, afetava as classes mais baixas, atualmente (2005) encontra-se manifestado para os trabalhadores de diferentes condições, seja ele um profissional especializado ou não. Entretanto, se os trabalhadores qualificados encontram a crise do emprego, essa situação se agrava para aqueles que possuem poucas oportunidades, mas que lutam por condições melhores e por um bem-estar social.

Com isso, o presente trabalho apresentou uma análise do mercado de trabalho ocupado por uma comunidade de baixa renda, revelando a situação econômica desses trabalhadores. Por intermédio da comunidade do Conjunto Habitacional Morar Bem, do loteamento Jardim Zanellato foi possível retratar alguns aspectos sócio-econômicos de uma parcela da população brasileira discriminada, onde a principal forma de exclusão social enfrentada é o desemprego.

Através da pesquisa realizada com os moradores do Conjunto Habitacional Morar Bem, do loteamento Jardim Zanellato, constatou-se que as noventa e sete famílias entrevistadas apresentam situação econômica instável, com baixo nível de renda e precária situação financeira, considerada uma população carente, estando excluída em sua grande maioria do mercado de trabalho formal.

Esta realidade aponta para a crescente informalidade dos trabalhadores, que se apresentou ao longo do processo histórico como uma tendência do mercado de trabalho

brasileiro, devido às mudanças ocorridas, tais como exemplo, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva.

O desemprego que afeta milhões de trabalhadores brasileiros apresentou-se como um dos principais problemas enfrentados pela comunidade, cujas causas variaram entre falta de emprego, serviços temporários e mão-de-obra dispensada, comprovando assim a existência do desemprego conjuntural.

Dentre os empregados, observou-se que um grande número de trabalhadores encontra-se no mercado de trabalho informal, executando serviços precários, com poucas chances de estabilidade e grande incerteza de salários, afirmando a rotatividade da mão-de-obra e a insegurança de renda dos trabalhadores.

De acordo com o estudo realizado, constatou-se também, um baixo nível de escolaridade dos moradores, sendo este considerado uma das principais dificuldades para ingressar no mercado de trabalho formal, no qual prevalecem trabalhadores qualificados, com alto nível de escolaridade e várias aptidões.

Outro fator importante observado foi a mobilidade das famílias em busca de novas oportunidades, onde constatou-se as migrações de curta distância e intra-regionais.

Analisada a realidade econômica dessas famílias, pode-se concluir que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho atinge várias classes sociais, mas principalmente a população de baixa renda, que é a maior vítima do desemprego.

O desemprego, por sua vez, sendo ele conjuntural e estrutural, é consequência dos novos padrões produtivos, em que a principal vilã é a globalização. Mas, o fato é que, independente do agravamento das mudanças ocorridas no nível de empregos e suas possíveis razões, sempre haverá uma parcela da população excluída, em virtude do sistema capitalista adotado, no qual Karl Marx já previa o grande exército de reserva dos trabalhadores.

Diante do estudo exposto, seria interessante conhecer outros aspectos sócio-econômicos enfrentados pela população de baixa renda, como o trabalho infantil, a participação da mulher no mercado de trabalho, a discussão de políticas sociais adotadas e o direito do trabalho, que poderiam ser explorados por futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Sobre o regime de trabalho no Brasil**: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi; organizadores. Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996, p.109-149.

CAMARGO, José Marangoni. **Emprego e distribuição de renda no Brasil dos anos 90**. Caderno da F.F.C.(Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP). Marília v.8, n.2, p. 29-44, 1999.

CAMARGO, José Marcio (org.). **Estabilização, emprego e restrição externa**. In: VELLOSO, João Paulo do Reis (Coord.) Brasil: Desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1997 p.246-270.

\_\_\_\_\_. **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Mercado de trabalho**: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Bevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). Manual de Economia. 3.ed. São Paulo: Saraiva,1998 p. 403-455.

\_\_\_\_\_; PICCHETTI, Paulo; organizadores. **Mercado de trabalho no Brasil**: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia em 10 Lições**. MAKRON Books, 2000.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e terra, 1999.

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José: 250 anos**: natureza, história e cultura: para o ensino fundamental. São José: Ed.do autor, 2002.

FECAM, Federação Catarinense de Municípios. **Dados estatísticos sobre o município de São José**. Disponível em: <http://www.fecam.com.br/home/index.php>, acesso em 08 de junho de 2005.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados estatísticos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>, acesso em 08 de junho de 2005.

KATO, Jerry Myoshi; PONCHIROLLI, Osmar. **O desemprego no Brasil e os seus desafios éticos**. In: v.5, n.3, p. 87-97, Revista da FAE, Curitiba: set/dez. 2002.

MARQUES, Ivan da Costa. **O Brasil e a abertura dos mercados: o trabalho em questão** Organização de Cláudio Salvadori Dedecca. São Paulo. ABET, 1998.

MENEZES, Maria Lucia Pires. **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-45.htm>, acesso em 20 de maio de 2005.

MERCADANTE, Aloizio. **Construindo estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva socioeconômica**. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge; organizado por. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003, p.37-52.

MOURA, Paulo Cavalcanti da Costa. **A crise do emprego: uma visão além da economia**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Prefeitura Municipal de São José. **Programa Habitar Brasil/BID: urbanização de assentamentos subnormais projeto Morar Bem I [ S.I.]: [s.n.],2001.**

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2004.

SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: SENAI, 1991.

SILVY, Luciana. **Análise do processo de mudança na implantação de um Sistema de Informação (SI)**. Florianópolis: Trabalho de Conclusão de Curso, 2004.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

ZEBRAL FILHO, Silvério Teles Baeta. **Globalização, desemprego e desigualdade: evidências, mitos e desafios do mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: CRUB, 1997.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Questionário de pesquisa.**

**QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO 2005**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**IDADE:** \_\_\_\_\_ **ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_

**CIDADE DE ONDE VEIO:** \_\_\_\_\_

**HÁ QUANTO TEMPO MORA NO BAIRRO? :** \_\_\_\_\_

**POR QUE VEIO MORAR AQUI?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA? (NÚMERO):** \_\_\_\_\_

**POSSUI FILHOS? :** ( ) SIM ( ) NÃO

**SE POSSUI FILHOS, QUANTOS? ( )**

Nome do filho	Idade	Estuda? Que série?	Trabalha? No quê?

**QUEM É O RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA CASA?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**ALGUÉM NA CASA ESTÁ DESEMPREGADO? :** ( ) SIM ( ) NÃO

**POR QUE ESTÁ DESEMPREGADO?**

---

---

---

---

**HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ DESEMPREGADO?**

1 mês     entre 2 a 6 meses     1 ano     2 anos ou mais

**ESTÁ PROCURANDO EMPREGO? :**  SIM     NÃO

**QUANTAS PESSOAS QUE MORAM NA CASA TRABALHAM FORA?**

1     2     3     4     5     MAIS QUE 5

**QUAL A PROFISSÃO? (Trabalham de quê)?**

---

---

---

**POSSUEM QUE NÍVEL DE ESCOLARIDADE ? (Estuda ou estudou até que série)**

---

---

**POSSUEM CARTEIRA ASSINADA? :**  SIM     NÃO

**HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ TRABALHANDO NESTE EMPREGO?**

1 mês     entre 2 a 6 meses     1 ano     2 anos ou mais

**QUAL O SALÁRIO? ( Valor do salário total da família que recebe no mês)**

R\$ \_\_\_\_\_

**RECEBE ALGUM BENEFÍCIO? :**  SIM     NÃO

**SE RECEBE, QUAL É O BENEFÍCIO?**

BOLSA ESCOLA       BOLSA FAMÍLIA       PETI       OUTROS

**O LOTEAMENTO MORAR BEM, MELHOROU OU PIOROU SUAS CONDIÇÕES DE VIDA? POR QUÊ?**

---

---

---

---

## **ANEXOS**

**ANEXO – A - Outras imagens da antiga e da nova infra-estrutura do Conjunto Habitacional Morar Bem.**



*Figura 7 – Antiga infra-estrutura*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*



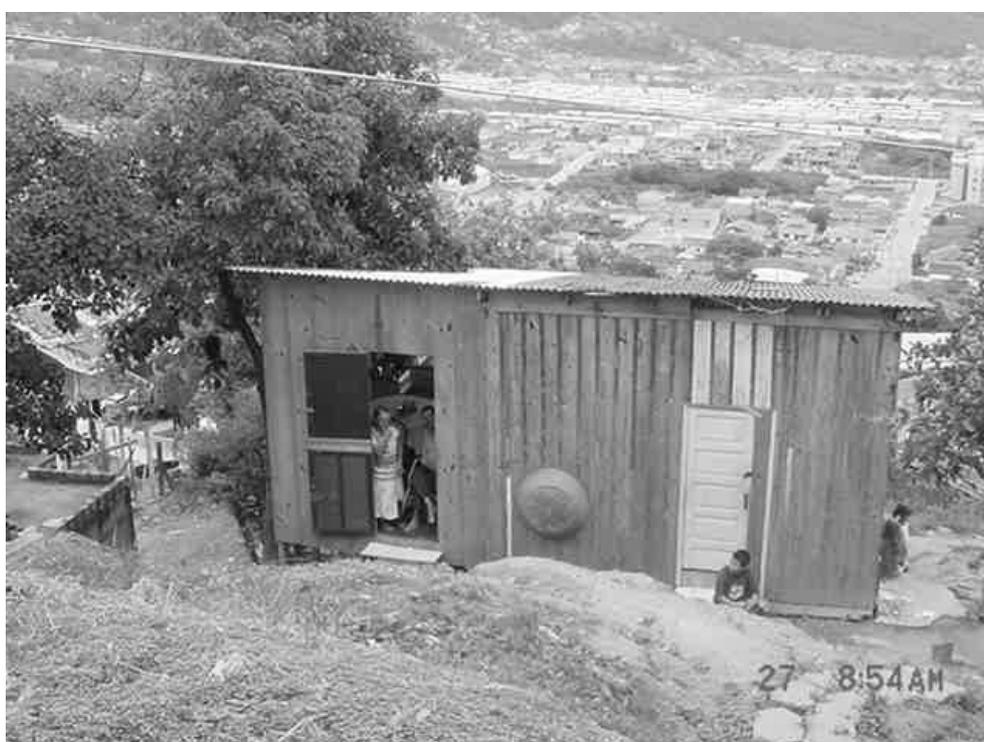
*Figura 8 – Antiga infra-estrutura*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*



*Figura 9 – Antiga infra-estrutura*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*



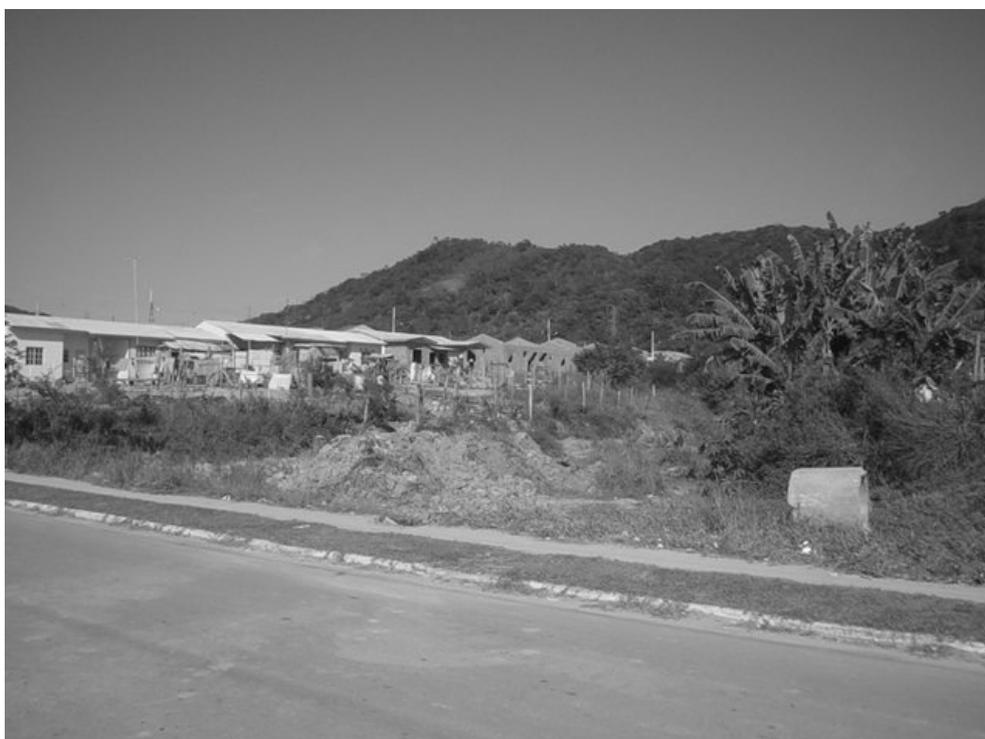
*Figura 10 – Antiga infra-estrutura*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*



*Figura 11 – Nova infra-estrutura*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*



*Figura 12 – Nova infra-estrutura*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*



*Figura 13 – Nova infra-estrutura*

*Fonte: Elaboração da autora com base em pesquisa de campo.*